

HISTORIOGRAFIA DO JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO, NO CONTEXTO DA FAZENDA REAL DA LAGOA RODRIGO DE FREITAS E SEUS DESDOBRAMENTOS

João Conrado Niemeyer de Lavôr *

APRESENTAÇÃO

A transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763 e a posterior chegada da Corte portuguesa em 1808, concorreram para inúmeras modificações e melhoramentos na cidade.

São frutos destes benefícios as vias de acesso que aos poucos surgiram e com elas os veículos, aperfeiçoados progressivamente para melhor atender à população. Graças a isto, foram sendo ocupadas localidades mais distantes, inclusive na direção da zona sul, da qual faziam parte a Lagoa Rodrigo de Freitas, a Gávea e o Jardim Botânico.

Assim, o Rio de Janeiro foi se transformando, continuando sua história, aqui, parcialmente escrita.

I.01 – MUDANÇA DA CAPITAL PARA O RIO DE JANEIRO

Com a transferência da capital do Brasil da cidade de Salvador, capital da Bahia, fundada por Tomé de Souza em 1549, para o Rio de Janeiro em 1763, o principal centro de decisões da vida do país foi também deslocado para esta cidade.

A crescente cultura da cana-de-açúcar, que concorreu para o aparecimento de vários engenhos de açúcar e aguardente no Rio de Janeiro, serviu para, a partir da segunda metade do século XVI, fazer destes dois produtos os de maior importância comercial da cidade.

Coincidentemente, com a mudança da capital no século XVIII e os ciclos do ouro e diamante, o Rio de Janeiro teve a sua primeira fase de progresso graças ao comércio destes, vindos da Capitania de Minas Gerais para serem exportados pelo porto do Rio de Janeiro, a cidade, graças a isto, teve sua primeira fase de progresso.

* Bolsista do CNPq

I.02 – CHEGADA DA CORTE PORTUGUESA

A ameaça da invasão de Portugal pelos franceses, consumada com a tomada de Lisboa pelo ajudante-de-campo de Napoleão Bonaparte, General Junot, Duque de Abrantes, motivou a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Rio de Janeiro, concorrendo conseqüentemente, para o seu desenvolvimento, início da emancipação brasileira, tendo como fato original a coroação de D. João VI nesta cidade, e, graças à presença do poder real no Brasil, resultou a consolidação nacional, ocasionando a separação de Portugal, sem perda do patrimônio brasileiro, que permaneceu intacto com a fundação do Império cujas bases foram alicerçadas no período de D. João e solidificadas com a elevação da antiga colônia à categoria de reino, ou melhor, à condição de nação em 1816.

Embora já houvesse no Brasil uma classe de aristocratas rurais que vivia confinada em suas fazendas e engenhos, a maioria da população da cidade constituída, na época, de gente miserável e de escravos, pressentiu o progresso que viria, tornando-se, devido a isto, eufórica, antevendo o Rio de Janeiro se transformar em centro das decisões políticas e econômicas.

I.03 – PRIMEIROS ATOS DE D. JOÃO

Correspondendo ao presságio popular, o futuro promissor não se deu apenas no Rio de Janeiro. D. João fundou a Escola Médico-Cirúrgica da Bahia, abriu várias escolas de ensino superior, a Academia de Marinha, Academia de Artilharia e Fortificações, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, posteriormente Academia de Belas-Artes, fundou a Imprensa Régia, a Biblioteca Real e nas terras denominadas da Lagoa de Rodrigo de Freitas, uma fábrica para fundição, forneação e perfuração das peças de artilharia e outra para fabricação de pólvora que funcionou no interior do parque do hoje Jardim Botânico do Rio de Janeiro, mandado preparar por D. João para servir como jardim de aclimação, visando a introdução de especiarias das Índias Orientais e que, antes de ser conhecido como Jardim Botânico, teve os nomes de Real Horto e Real Jardim Botânico.

Um dos primeiros atos, entretanto, e talvez o mais importante como regente, foi o de declarar livres os portos e a indústria do Brasil, concorrendo, desta forma, para incrementação do comércio.

I.04 – CRIAÇÃO DAS FREGUESIAS APÓS A CHEGADA DA CORTE

A cidade, desde 1569, vinha sendo dividida em freguesias ou paróquias e esta forma de divisão de aspecto eclesiástico, cuja finalidade era melhor administrar a cidade e concorrer para seu progresso, continuou a ser adotada após a chegada de D. João. Foram fundadas as freguesias: da Lagoa em 1809, que pela proximidade com o hoje Jardim Botânico, pode ser considerada como um grande passo no caminho daquela área; em seguida, surgiram as de Santana em 1814, Sacramento em 1826, em substituição à de São Sebastião que foi a primeira; Santa Cruz em 1833; Glória

em 1834; Santo Antônio em 1854; São Cristóvão em 1856; Espírito Santo em 1865 e, finalmente, Engeno Novo e Gávea em 1873, totalizando em 1900, 21 freguesias.

Monsenhor Pizarro, em suas "Memórias Históricas do Rio de Janeiro", diz o seguinte a respeito da fundação da freguesia da Lagoa:

"SÃO JOÃO DA LAGOA — Ordenando o Decreto de 13 de junho de 1808, ao Conselho da Fazenda, que se incorporassem, nos próprios da Real Coroa, o Engenho e Terras sitas na Lagoa Rodrigo de Freitas, por sua competente avaliação, para o estabelecimento de uma Fábrica de Pólvora, e todas as demais que fossem necessárias para fundição de peças de artilharia e canos de espingarda, e realizada a incorporação, em conformidade com aquele decreto, a que se seguiram os Avisos de 2 de julho e 6 de novembro do mesmo ano. Daí teve origem o estabelecimento de uma nova Paróquia perpétua, com o título de S. João da Lagoa, na Capela de N. Sra. da Conceição, que era do mesmo engenho, e fora construída muito antes de 1732, enquanto se não edificava outra igreja própria. Por efeito da Consulta da mesa da Consciência e Ordens de 21 de abril de 1809, e Resolução de 3 de maio seguinte, foi erigida por Alvará de 13 do mesmo ano, com os limites desde a Praia de Botafogo, até o sítio da Tijuca ali confinando com a Freguesia de Jacarepaguá, e pela praia, com a de S. José da cidade, da qual se desmembrou o território. No mesmo dia, 13 de maio de 1809, foi apresentado o Padre Manuel Gomes Pinto para ocupar a propriedade da nova Paróquia. Compreende 324 fogos e 1480 almas, devendo aliás contar ao menos, 1944".

O Ato Régio que criou a Freguesia da Lagoa teve a seguinte redação:

"RESOLUÇÃO RÉGIA Nº 10, de 3 de maio de 1809 — Foi ouvida a Mesa da Consciência e Ordens sobre o requerimento dos moradores dos bairros de Botafogo, Praia Vermelha, Tijuca e Freguesia, da Paróquia de S. José desta Corte, em que pedem se erija uma Freguesia no lugar da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Engenho da Lagoa. Parece à Mesa que o requerimento dos suplicantes está nos termos de ser atendido por Vossa Alteza Real, fazendo-lhes a graça de desmembrar os ditos lugares da Freguesia de S. José, erigindo a nova Freguesia colada com a denominação de São João, em memória do nome de Vossa Alteza Real, que lhe concede este bem, servindo de Igreja Paroquial (enquanto se não edificar outra) a Capela de Nossa Senhora da Conceição do Engenho da Lagoa e determinando que o Rev. Bispo faça a ereção, pelo que lhe pertence, e demarque os limites da Freguesia, como lhe parecer mais cômodo e próprio; vencendo o Pároco a cômputo de 200\$000, paga pela Real Fazenda, e provendo-se na Igreja o Padre Manuel Gomes Souto, com a pensão de 25\$000 anuais para a fábrica da Real Capela. Rio de Janeiro, 21 de abril de 1809 — Resolução: Como parece, nomeio Manuel Gomes Souto, na forma da consulta — Palácio do Rio de Janeiro, 3 de maio de 1809 — Com a rubrica de Sua Alteza Real".

Eram subordinados à capela de Nossa Senhora da Conceição, do Engenho de Rodrigo de Freitas, as capelas de Nossa Senhora da Cabeça localizada no final da atual rua Faro nº 80, em terreno da Casa Maternal Mello Mattos, a de São Clemente, no caminho do mesmo nome, fundada antes de 1702 e a Capela de Nossa Senhora de Copacabana, fundada antes de 1746 e que existiu, inicialmente, no pontal onde hoje se levanta o Forte de Copacabana. Posteriormente, em 1918, foi demolida e edificada outra em local próximo e externo dessa Fortaleza, na rua Francisco Otaviano nº 5-A, quase em frente à parte lateral do atual Hotel Rio-Palace, hoje também demolida e substituída por edificações mais moderna, na mesma rua nº 99, sendo conhecida pelo nome de Paróquia da Ressurreição.

A imagem primitiva de Nossa Senhora de Copacabana se encontra exposta na capelinha ao lado da igreja principal onde são rezadas as missas de sétimo dia.

Com o desenvolvimento do bairro e conseqüente aumento populacional, a capela do engenho ficou pequena para abrigar os fiéis, por esse motivo foi edificada outra, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição da Gávea, na rua Marquês de São Vicente, antigo Caminho da Boa Vista, cuja construção terminou em 1857.

A Matriz de São João Batista da Lagoa, na rua Voluntários da Pátria nº 287, em Botafogo, só foi inaugurada em 1873.



IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, DO ENGENHO DE RODRIGO DE FREITAS

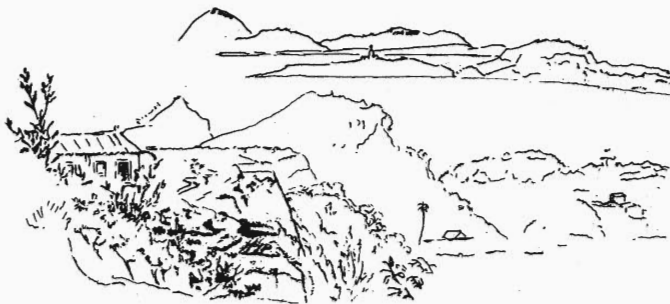
Desenho de Maria Graham, datado de 21 de dezembro de 1821.

– Coleção do Museu Britânico.



CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CABEÇA.

– (Desenho de 1983).



COPACABANA — Vista do Morro do Cantagalo. Desenho de Maria Graham datado de 10 de agosto de 1825 — Coleção do Museu Britânico. Ao fundo, a primitiva igreja de Nossa Senhora de Copacabana.



Imagem de Nossa Senhora de Copacabana com a coroa mostrada em ocasiões especiais.



*IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA GÁVEA
(Foto tirada em 1983).*

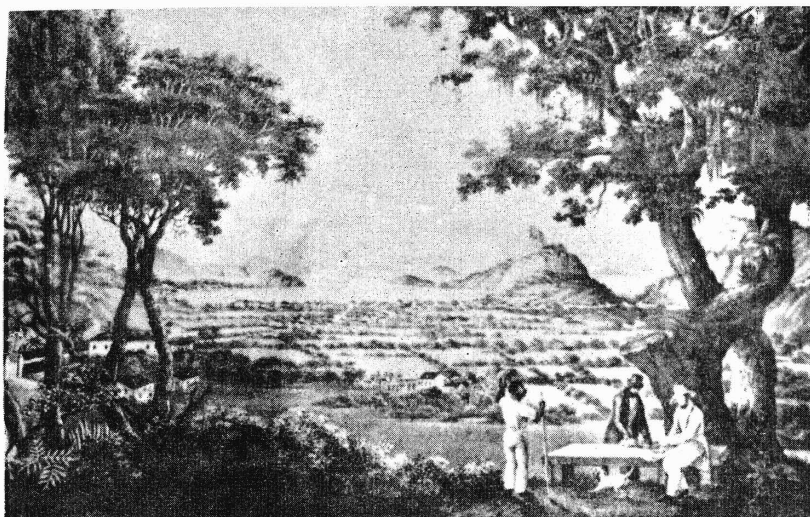
I.05 – OS LOGRADOUROS

Em 1808, quando aqui chegou a Família Real Portuguesa, a área mais habitada e importante era a circunscrita ao morro do Castelo, hoje demolido, e às ruas que se dirigiam do litoral para o chamado campo da cidade.

É evidente, que para o desenvolvimento de uma cidade são necessárias, entre outras coisas, as vias de acesso e os meios de transporte.

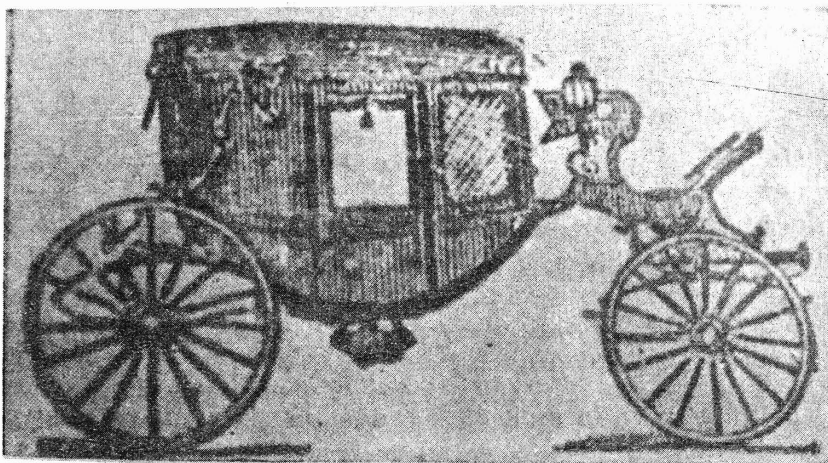
Na data da chegada da Corte, existiam no Rio de Janeiro, constituindo o centro comercial, 75 logradouros assim distribuídos: 46 ruas, 4 travessas, 6 becos e 19 largos e praças. Vários prédios foram levantados para atender ao crescimento da população, com aproximadamente 60.000 habitantes, ocupando 4 freguesias. É interessante salientar que metade da população era constituída de escravos.

Com a publicação da planta da cidade, em 1812, apareceram as ruas que estavam sendo abertas para o Catete e Botafogo, através de chácaras. Partindo do Catete, tinha início a estrada das Laranjeiras. Da praia de Botafogo para o interior, organizava-se o caminho em direção a Copacabana, além da iniciada para o Leme; a estrada para a Gávea, sofria melhorias em terrenos da antiga Quinta de São Clemente.



BOTAFOGO E CAMINHO DE SÃO CLEMENTE
(Fotografia de uma gravura de C.B. Planitz).

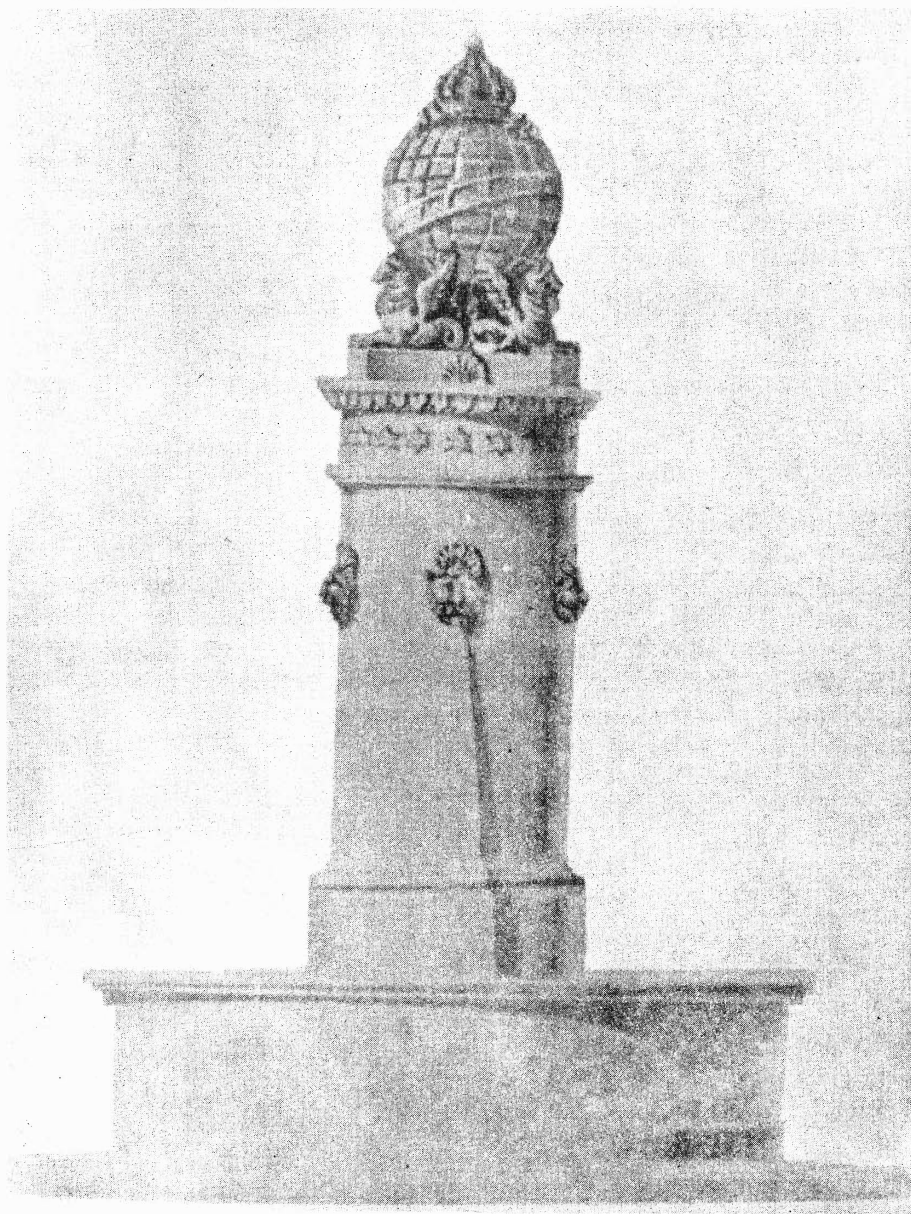
Tantos foram os melhoramentos na cidade que Carlota Joaquina, esposa de D. João, resolveu acrescentar à lista de suas moradias, que eram o Paço da Cidade, a casa do Andaraí, a Quinta de São Cristovão e o Palácio na Ponta do Cajú, um palacete em Botafogo, para onde se deslocava aos trancos e barrancos em sua carruagem real, conhecida pelo nome de Calèche. Mais tarde esta casa veio a pertencer a D. Pedro I, foi comprada no 29º Reinado pelo Marquês de Abrantes e transferida nos últimos anos da Monarquia, para o Barão de Cotegipe. Lamentavelmente este prédio foi demolido para construção de um edifício de apartamentos.



CALÈCHE

Grandjean de Montigny, arquiteto que aqui chegou com a "Missão Artística Francesa" de 1816, deu a sua colaboração para valorização do Caminho de São Clemente, com o projeto de um chafariz encomendado em 22 de outubro de 1846 apresentado em 19 de novembro do mesmo ano.

Seu orçamento foi de 2378\$000.



*Grandjean de Montigny – Projeto do chafariz do Caminho de São Clemente.
Traço e aguada de nanquim – Museu Nacional de Belas Artes.*

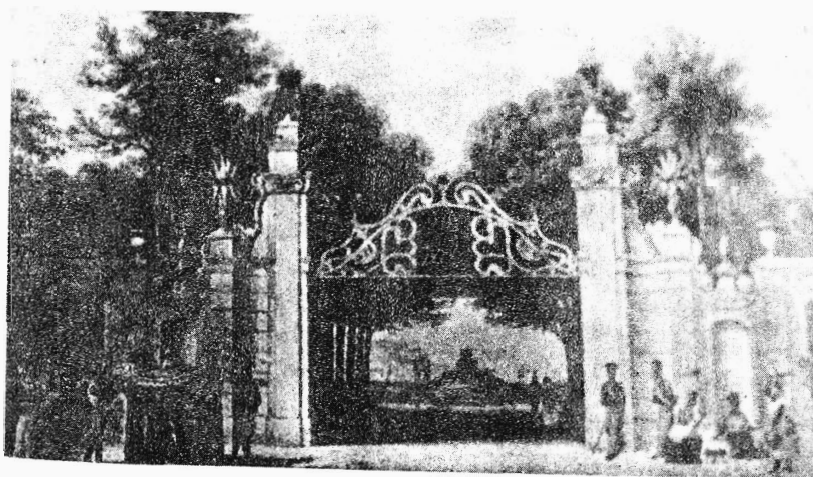
I.06 – OS MEIOS DE TRANSPORTE NO SENTIDO DO JARDIM BOTÂNICO

A cidade do Rio de Janeiro crescia rapidamente, hábitos e costumes se modificavam com o natural progresso. Os meios de transporte se alteravam; no início do século XVIII já se conhecia, no Rio de Janeiro, a Sege, também chamada corriche e caleça, carruagem pequena, de um só assento, dois varais com cortina de couro à frente, e “antigamente – diz Moraes e Silva (Dicionário da Língua Portuguesa) – com vidraça”. Lateralmente fechada e apoiada sobre duas ou quatro rodas grandes, e puxada por dois cavalos.



TIPO DE SEGE FECHADA

D. João, por coincidência, possuiu um desses modelos antigos com quatro rodas. A Sege era utilizada em pequena área da cidade, poucos entretanto, tinham veículos só as pessoas abastadas podiam se dar ao luxo de possuir condução própria, ainda que modesta; cadeirinhas e liteiras supriam as necessidades de transporte; quanto aos pobres só andavam a pé.



CADEIRINHA, ao lado do portão do Passeio Público – 1835.

Conduzido através da rua São Clemente em direção ao caminho para a Gávea, surgiu no Rio, em 1846, o Tilbury, viatura ligeira puxada por um animal, sem boléa, com duas rodas e dois assentos interiores. Os cocheiros sentavam-se ao lado dos passageiros e eram dois os inconvenientes deste veículo: entrada difícil e transporte de apenas uma pessoa.

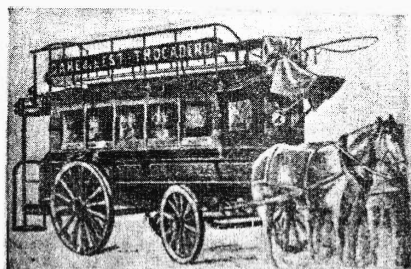
As Diligências, veículos de quatro rodas, com duas menores à frente, puxada por quatro cavalos, servia para transportar seis passageiros e foi utilizada também, no transporte de malas dos correios.

As linhas para Botafogo, São Cristóvão e Tijuca, foram inauguradas pouco antes de 1850 e em 1854, os carros da Sociedade Lagoense, ligaram o centro ao Jardim Botânico.



DILIGÊNCIA FRANCESA

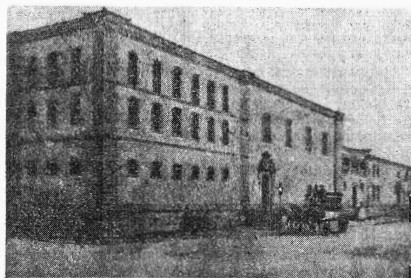
Os omnibus, de aspecto completamente diferente dos atuais, eram viaturas fechadas, com quatro rodas, sendo duas menores na frente, puxados por quatro animais e tinham em seu interior dois bancos de cada lado, transportando oito passageiros. O acesso se fazia através de uma escada com três degraus fixada na parte posterior direita.



OMNIBUS

Em 1868, deixando de trafegar no centro da cidade, permaneceram ligando a praia de Botafogo às Três Vendas, ou Largo das Três Vendas, na Gávea, lugar depois chamado de Nossa Senhora da Conceição, Ferreira Viana, do Hotel do Amaral, por pertencer ao capitão Vitorino do Amaral e, finalmente, Praça Santos Dumont, onde estão localizadas as Tribunas do Jôquei Clube Brasileiro. Aos poucos o tráfego desta linha foi diminuindo e se extinguiu.

Até 1870 o Jardim Botânico, entre outros bairros, foi ligado também, pelas Gôndolas que nada tinham a ver com as embarcações de Veneza, pois eram veículos fechados em forma de coche, puxados por pares de cavalos, servindo para transportar até nove passageiros, quatro de cada lado e um no fundo, parecendo com os omnibus.



*GÔNDOLA – diante do Convento da Ajuda.
(hoje demolido)*

Finalmente, com a assinatura do Decreto nº 4145, de 5 de abril de 1868, foi concedida autorização à Botanical Garden Rail Road, para exploração do serviço de carrís no Rio de Janeiro, inaugurado no mesmo ano; foi a primeira linha de bondes de tração animal do Brasil.



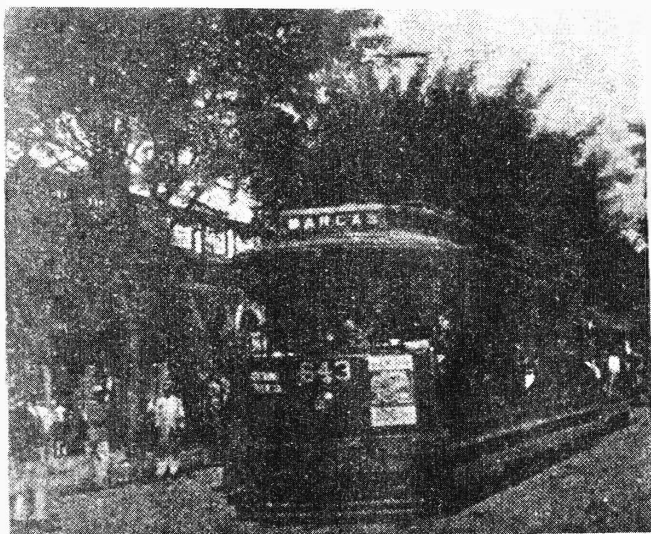
*BONDES, PUXADOS A BURRO.
(da Companhia de Carrís Urbanos)*

Para concretização desse empreendimento teve grande participação, o engenheiro norte-americano Charles B. Greenough, avaliador das possibilidades econômicas, com o levantamento do número de habitantes e a inspeção à zona sul da cidade, percorrendo as freguesias de São José, Glória e Lagoa, incluindo o Distrito da Gávea a ela subordinado.

Às 11:30 horas do dia 9 de outubro de 1868, com a presença do Imperador D. Pedro II e autoridades, foi inaugurada a linha de bondes da companhia norte-americana partindo da rua Gonçalves Dias em direção ao Largo do Machado.

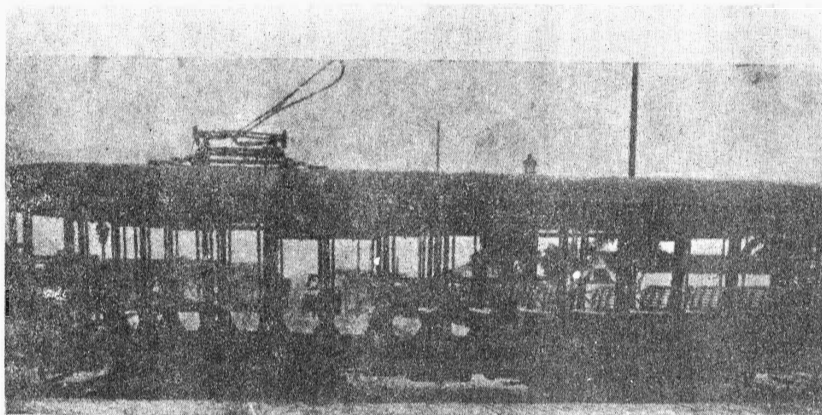
Embora inicialmente puxados a burro, os bondes, graças à sua comodidade, espaço mais amplo, maior arejamento limpeza e preços módicos, e, por poderem transportar trinta pessoas, contribuíram para a construção de novos prédios e o início do comércio nos bairros.

Concorrendo para estimular o progresso na direção da Lagoa, do Jardim Botânico e do bairro da Gávea, foi inaugurado em 1 de janeiro de 1871, uma linha com 5230 metros de extensão, ligando a praia de Botafogo ao Jardim Botânico. Sua eletrificação no entanto, só se deu em 1902 e a da Gávea em 4 de setembro de 1904.



PRIMEIROS BONDES ELÉTRICOS

Até hoje continua a evolução nos meios de transporte acompanhando o crescimento urbano que se deslocou para a zona sul e atualmente para São Conrado e Barra da Tijuca. Graças à evolução tecnológica, foi possibilitada a instalação de novos meios de condução, como o Metrô.



TIPO MAIS MODERNO DE BONDE ELÉTRICO

I.07 – AUMENTO DA POPULAÇÃO

O primeiro censo regular foi dirigido pelo ouvidor da Comarca do Rio de Janeiro e realizado em 1821, encontrando uma população de 112 695 habitantes, assim recenseados: 79 321 moradores na zona urbana, residentes em 10 151 lares e fora da cidade, 33 374 habitantes, distribuídos em 3 492 imóveis.

Em 1838 a população dentro da cidade e nos bairros do Engenho Velho, São Cristóvão até o Engenho Novo e da Glória até a Gávea, que já começava a aparecer, era de 97 162 pessoas e existiam 13 423 prédios, acusando uma diferença de 3 370 moradores a mais do que em 1828.

A cidade inteira tinha 137 078 habitantes e 17 356 prédios, mais 24 383 recenseados do que em 1821.

No distrito da Lagoa haviam apenas, 2 casas em 1839, número aumentado para 69 em 1843.

II. – O ENGENHO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA FAZENDA DE RODRIGO DE FREITAS

II.01. – AS TERRAS DO ENGENHO

Embora o Rio de Janeiro tenha sido habitado pelos índios Tamoios e a Lagoa Rodrigo de Freitas apresentasse na época as condições ideais para fixação de tribos em suas margens, não se tem, até esta data, notícia da existência de qualquer aldeia, o que não impediu que o nome primitivo do local fosse indígena. Assim alguns historiadores ao se referirem a ela, o fazem chamando-a de Sapopenipã, Sacopenapã ou Sacopan.

João Barbosa Rodrigues, entretanto, em sua obra Hortus Fluminensis, diz que seu nome era Capôpenypau, analisando a grafia da palavra da seguinte maneira: capô que significa raiz, peua, chato, ypau, lagoa, ou: lagoa das raízes chatas, mesmo significado mencionado pelos outros historiadores, sendo que uns preferiam dar-lhe o nome de Socós, aves existentes em grande quantidade.

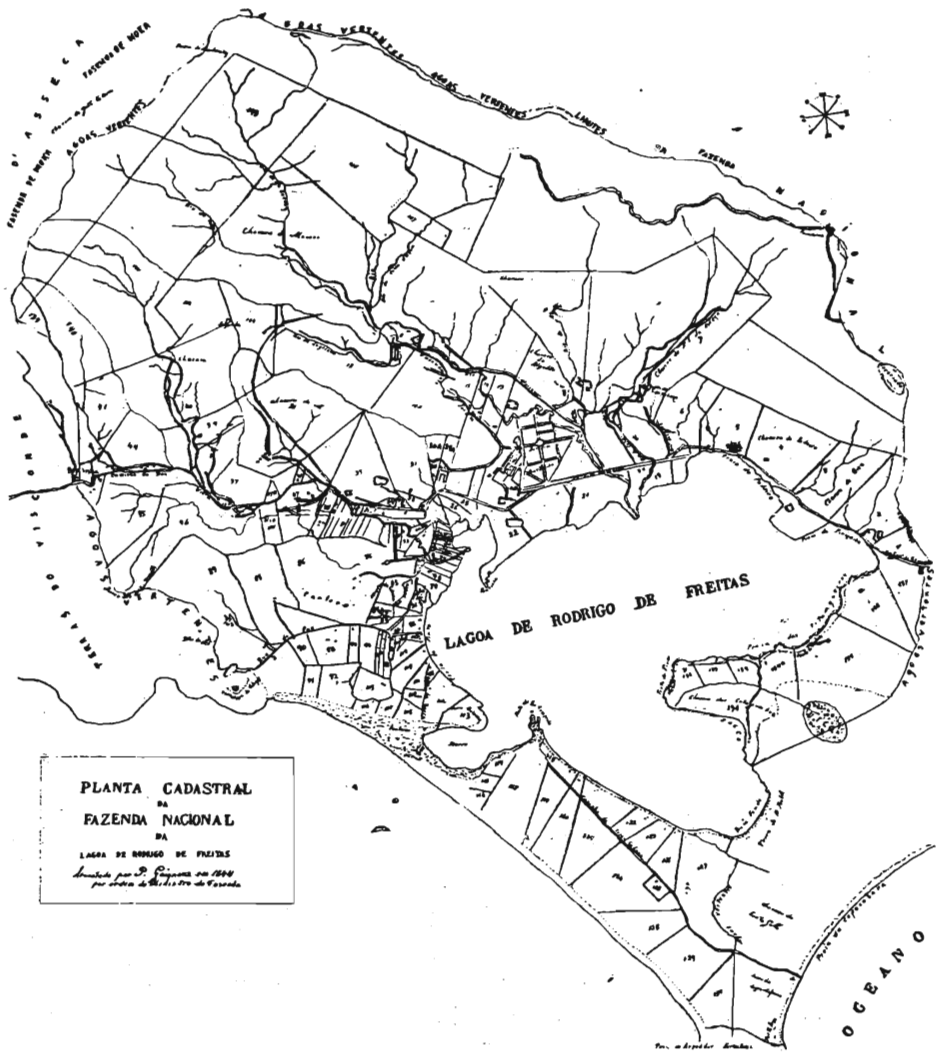
Posteriormente foi também conhecida como Sapopemba, Amorim, Fagundes Varella e finalmente Lagoa Rodrigo de Freitas.



*ÍNDIO TAMOIO – retratado por Rodolfo Amoedo no quadro “O último Tamoio” –
Museu Nacional de Belas Artes.*

A fazenda que tinha o mesmo nome da lagoa e depois passou a ser chamada de Fazenda Nacional, em planta levantada em 1844, por P. Gaignoux aparece com os seguintes limites para quem a lê:

Ao Norte as vertentes do Corcovado, Paineiras e morro da Tijuca; a Oeste as terras do Visconde de Asseca ou D’asseca, o morro da Boa Vista, no final do Caminho da Boa Vista, hoje rua Marquês de São Vicente, Morro Dois Irmãos, sítio do Céu e Forte do Vidigal; ao Sul a praia do Arpoador, que ia desde a hoje Avenida Niemeyer, no final do Leblon, até a pedra do Arpoador e no mapa de 1794 figura com o nome de Praia da Lagoa, atualmente, do Leblon e Ipanema; a Leste começava na pedra de Nossa Senhora de Copacabana, até encontrar as vertentes da chácara do Cantagalo, seguindo até a Praia Funda, onde estavam as terras de D. Isabel, prosseguindo até o morro da Urca, próximo da chácara das Catacumbas, percorrendo as vertentes até encontrar o Caminho de São Clemente, no Forte com o mesmo nome, também chamado da Piaçava, localizado na rua Humaitá nº 229.



PLANTA CADASTRAL
 DA
FAZENDA NACIONAL
 DA
LAGOA DE RODRIGO DE FREITAS
Elaborada por Sr. Pinheiro em 1904
por ordem de Sr. L. de S. de C. de C.

É interessante esclarecer que o Morro da Urca era o que ficava próximo da Lagoa e não o da Praia Vermelha.

Suas terras serviram de pastos e lavouras, mas a principal cultura foi a da cana de açúcar.

No início do século XVII, existiam nas margens dessa lagoa três engenhos: o de Nossa Senhora da Conceição, o de Nossa Senhora da Cabeça e o do Vale da Lagoa.

O primeiro foi fundado pelo Governador Dr. Antônio Salema que atendendo às ordens do Rei de Portugal, no final do século XVI vendeu-o a Diogo de Amorim Soares, que mais tarde negociou-o com seu genro Sebastião Fagundes Varela, o qual por cartas de aforamentos de 22 de junho de 1609, de 23 de setembro de 1611 e 19 de julho de 1617 conseguiu ampliá-lo desde o Pão de Açúcar até Copacabana.

Mais tarde seu proprietário passou a ser Rodrigo de Freitas Mello e Castro que ao voltar para Portugal deixou-o administrado por seu filho e mais tarde seus netos de nomes Rodrigo de Freitas, ficando por este motivo conhecido como Engenho de Rodrigo de Freitas.

Já o de Nossa Senhora da Cabeça que confinava com o de Nossa Senhora da Conceição, foi fundado por Martim de Sá e nele se desenvolveu grande criação de gado para abastecimento da cidade.

O do Vale da Lagoa segundo os historiadores Felisbelo Freire e Melo Morais devia situar-se entre o Morro Dois Irmãos e os morros opostos, no espaço cultivável percorrido pelo rio Branco e seus afluentes, uma vez que as demais terras já eram ocupadas pelos engenhos já citados.

Vieira Fazenda acha que há confusão entre os engenhos de Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Cabeça e que existia realmente o primeiro, com duas capelas: as de Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Cabeça.

Com o passar dos anos esses três engenhos tornaram-se propriedades da família Rodrigo de Freitas e quando o último destes retornou a Portugal ficou como encarregado o Capitão Domingos Pinto de Miranda ou a ele arrendados por D. Maria Leonor de Melo e Castro e sua irmã Maria do Ó, suas herdeiras e últimas proprietárias antes da desapropriação.

Aos poucos, a fazenda que passou a ser chamada de Fazenda Nacional da Lagoa de Rodrigo de Freitas, foi sendo dividida, inicialmente, em 148 chácaras e alguns trechos da lagoa aterrados, permanecendo esta prática odiosa até hoje. Na planta de 1868 que retifica a de 1844, começam a surgir estas descaracterizações entre as chácaras 4, 5 e 19, e as de número 73 e 79.

Devido a isto foram desaparecendo as várias praias, como as de nomes Funda, localizada em terras de Dona Isabel; e das Pitangueiras da qual entre outras, fazia parte a chácara 135, tendo como primitivo morador o Conselheiro Serra Lisboa e onde se encontrava a Fonte da Saudade, retratada por Maria Graham em seu diário, em torno da qual, segundo contam, se reuniam lavadeiras portuguesas que, enquanto trabalhavam entoavam cânticos de seu país, que por sua tristeza, deram origem ao nome Fonte da Saudade.

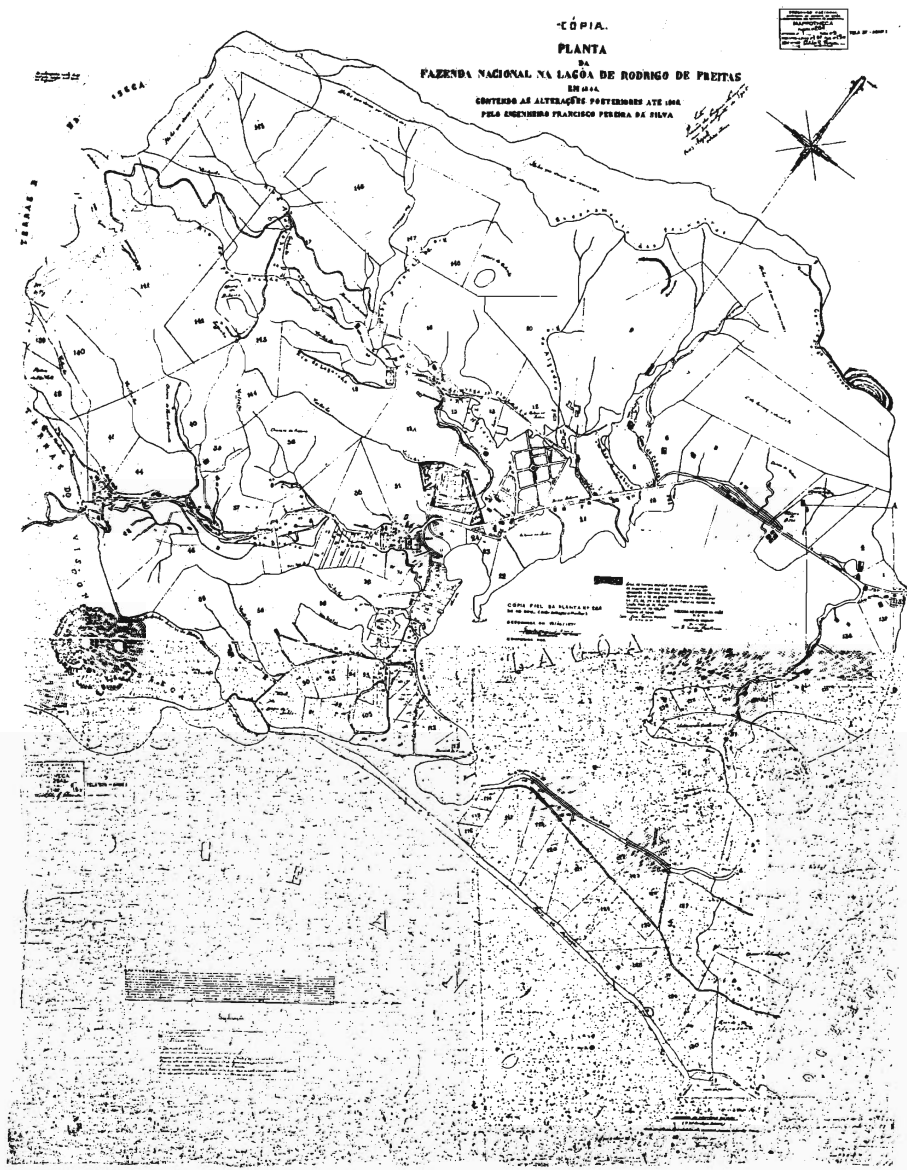


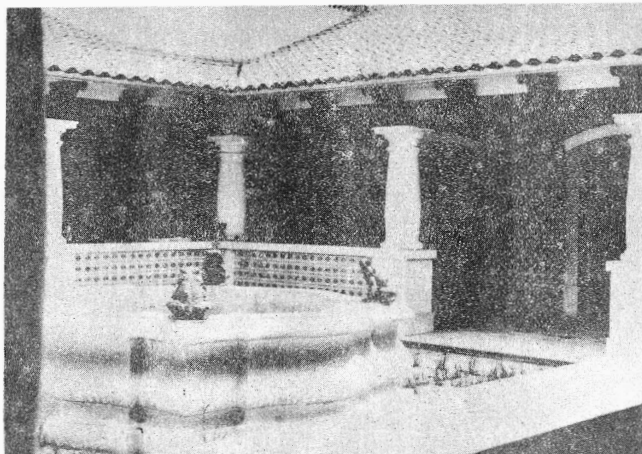
FONTE DA SAUDADE.
(Desenho de Maria Graham – Coleção do Museu Britânico)

A Praia da Piaçaba, Piaçaba, Piaçava ou Piassava, abrangendo as chácaras 1, início do Caminho de São Clemente, partindo da Lagoa em direção a Botafogo onde existia o Forte de São Clemente, na planta com o nome de Forte da Piaçava e as chácaras de números 2 e 3, esta última chamada da Bica, em que foi construído em 1928 e existiu até a década de 70, o Solar Monjope residência de José Mariano Filho, grande amigo do Jardim Botânico, Presidente do Conselho Florestal Federal e defensor da tradução da “Flora Brasiliensis” de von Martius em linguagem correta e edição modesta, conforme seu pensamento externado em discurso proferido no Jardim Botânico em 31 de janeiro de 1940.



ARCO DA FORTALEZA DE SÃO CLEMENTE.
(Segundo Augusto Moreau – 1845)





*ÁREA INTERNA DO SOLAR MONJOPE.
(Residência de José Mariano Filho – Hoje demolida).*

Após a chácara da Bica vinha a do Padeiro tendo como limite na lagoa, a praia do mesmo nome, indo até a chácara 5, onde existiu a Pedra Santa que D. João VI julgava poder rolar a qualquer momento sobre a estrada em direção ao Jardim Botânico, o que fazia preferir a travessia por barco partindo da Fonte da Saudade, local em que deixava sua carruagem, até chegar às margens próximas do Jardim que tanto amou e onde passava dias para melhor lhe dar atenção; finalmente a Praia do Pinto posteriormente ocupada em parte pela Favela do Pinto, cujos terrenos hoje abrigam o Mercado COBAL do Leblon e a faixa em que se erguem os prédios componentes do conjunto conhecido como Selva de Pedra, entre a rua Fadel Fadel e parte da rua Afrânio de Melo Franco chegando ainda à praça Ministro Romeiro Neto e terminando na rua Gilberto Cardoso.

Fato interessante é que no governo do Marechal Deodoro teve início a construção de uma estrada de ferro entre Botafogo e Angra dos Reis projetada por Carlos Morsing e Conrado Niemeyer, numa extensão de 193 quilômetros.

Oitocentos (800) metros do lado do Leblon já tinham sido iniciados quando a Companhia de Melhoramentos da Lagoa reclamou do traçado, por julgá-lo prejudicial às suas obras.

Intimada a reformular o projeto, a Companhia Viação Férrea Sapucaí desistiu de levá-lo adiante.

No início deste século o Leblon era como continuação do bairro da Gávea, seu nome se deve ao francês Carlos Le Blon proprietário de boa área conhecida como Campo do Leblon e surgiu do desmembramento de cerca de 100 chácaras da Fazenda Nacional.

Ipanema era chamada de Vila de Ipanema, ou no dizer dos índios: água ruim, água tola; a ela só se chegava em canoas ou barcos. Esta vasta extensão também componente da Fazenda Nacional deve praticamente seu início como bairro ao Barão de Ipanema e ao coronel José Silva que, pretendendo vender seus terrenos levavam seus fregueses em um bondinho puxado a burro.

Finalmente vinha a Gávea, assim chamada devido a pedra do mesmo nome entre os rios Cachoeira e a ponta do Marisco. Para alguns haviam duas Gáveas, uma partindo desta pedra, a verdadeira e a outra falsa, composta de ruas e praças com início na Fonte da Saudade, finalizando na rua Marquês de São Vicente.

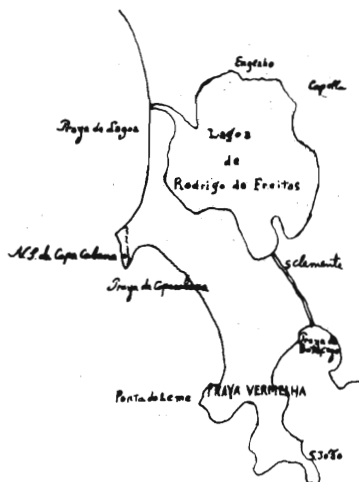
Na várzea, em trecho próximo ao prédio construído para depósito do Salitre é que residiu em casa ainda existente no interior do Jardim Botânico, Diogo de Amorim Soares, um dos proprietários do Engenho de Nossa Senhora da Conceição.

O bairro Jardim Botânico surgiu da sub-divisão da falsa Gávea, parte da Fazenda da Lagoa.

A rua que levava a esse maravilhoso Jardim, não tinha o mesmo traçado atual. Seu início em 1860 era na rua do Oliveira, próxima da chácara de Antonio Martins Lage posteriormente do Industrial Henrique Lage, hoje conhecida por Parque Lage, se estendendo até a embocadura do rio Cabeça, afastando-se das margens alagadiças da lagoa, seguindo até encontrar o rio do Macaco onde mais tarde foi construída a ponte de madeira chamada Ponte de Tábuas, daí prosseguindo até o Jardim.

II.02 – PRIMEIROS PROPRIETÁRIOS

Em 1596, quando Governador do Rio de Janeiro, Francisco Mendonça de Vasconcellos, Diogo de Amorim Soares, fundou o engenho de cana que deu o nome de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa; em 1609 passou a ser proprietário, seu genro Sebastião Fagundes Varela e em 1660 essa posse foi transferida para Rodrigo de Freitas Mello e Castro que ao voltar para Portugal, passou o engenho para dois de seus filhos que mantiveram a propriedade e assim também seus herdeiros.



Parte da planta de 1794, que serviu ao Plano Hidrográfico do Porto do Rio de Janeiro, onde aparece a Lagoa Rodrigo de Freitas como era chamada, e o engenho, entre outras indicações.

II.03 – O CEMITÉRIO DA SENZALA

Segundo o Professor Honório Monteiro Neto, pesquisador do Jardim Botânico, próximo à cerca-viva existente diante do prédio da Administração Central do Jardim Botânico e até a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), teria existido outrora o cemitério da senzala do Engenho de Nossa Senhora da Conceição da Fazenda de Rodrigo de Freitas.

Em 1979 quando reformaram o restaurante daquela empresa, foram encontrados naquele local e entregues ao Jardim Botânico, ossos humanos que ficaram guardados até 1981 quando passaram às minhas mãos.

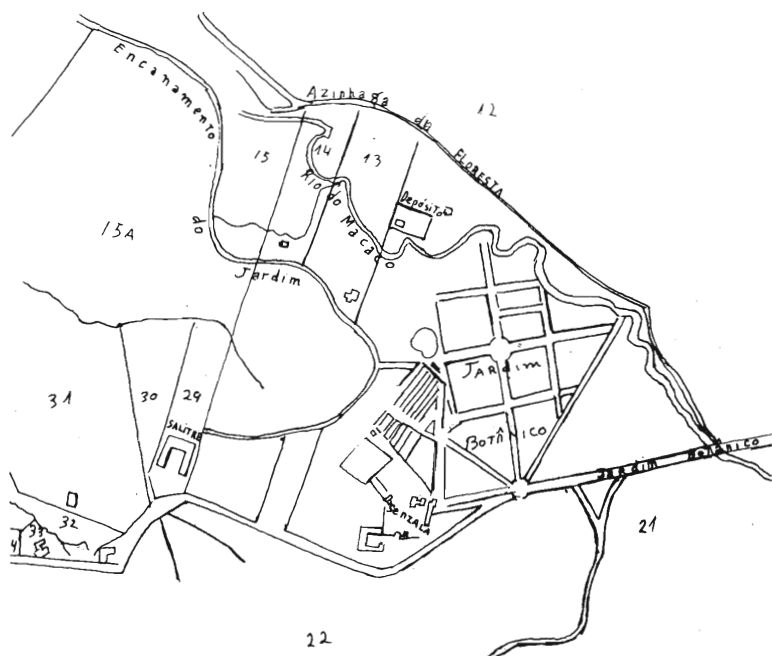
A 15 de janeiro deste mesmo ano, iniciou-se a restauração do prédio da Administração Central do Jardim Botânico e na parte posterior deste imóvel foram feitas escavações para passagem de tubulação subterrânea e orientadas por mim recolhidas novas ossadas.

Solicitei ao Museu Nacional datação do material através do teste de carbono 14 e no dia 25 de agosto de 1982 recebi a visita dos Professores João Carlos Golberg, estagiário do setor de Arqueologia do Museu Nacional e Angela Maria Camardella Rabello, estagiária também daquele setor e Professora Auxiliar do convênio MEC/ SESU, que examinaram as ossadas, uniram algumas partes separando outras e sugeriram que procurasse o Professor Tarcisio Torres Messias, Professor Adjunto da UFRJ, lotado no setor de Antropologia do Museu Nacional, que, atendendo ao meu pedido, procedeu ao exame dando o seguinte parecer:

“1º – Pela reconstituição do material ósseo podemos dizer que se tratava de pessoas de complexão robusta de estatura mediana, mais ou menos 1,70m, do sexo masculino, pragmatismo acentuado, fronte inclinada, abertura periforme larga (camerrinos), sendo por estes dados classificáveis como negróides.

2º – Os ossos apresentam alto teor de material orgânico o que diz não serem muito antigos, mas não podem ser considerados contemporâneos, regulando entre 200 a 300 anos, sendo perfeitamente plausível terem existido durante o período de escravidão. Não há nenhum vestígio de má formação ou doença óssea”.

Esses dados e mais a planta da área em que aparece a senzala, vêm comprovar a existência do cemitério.



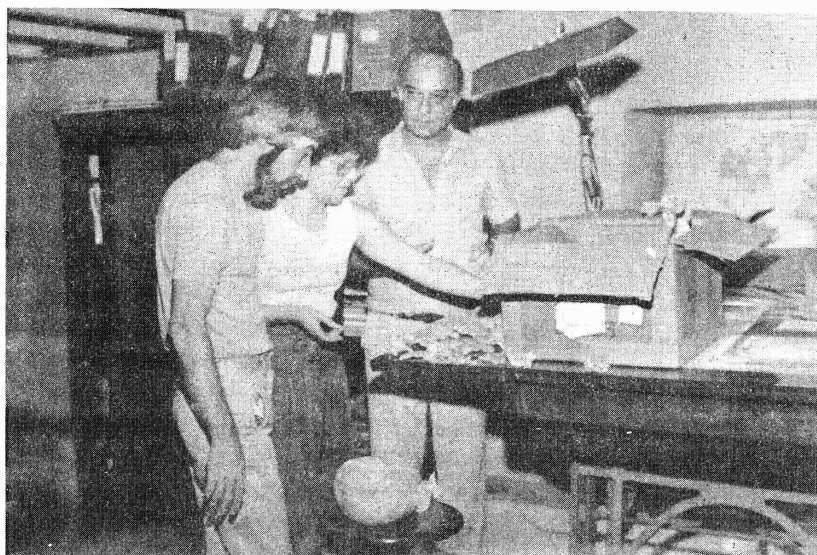
Cópia da planta de 1844 em que aparece a senzala.



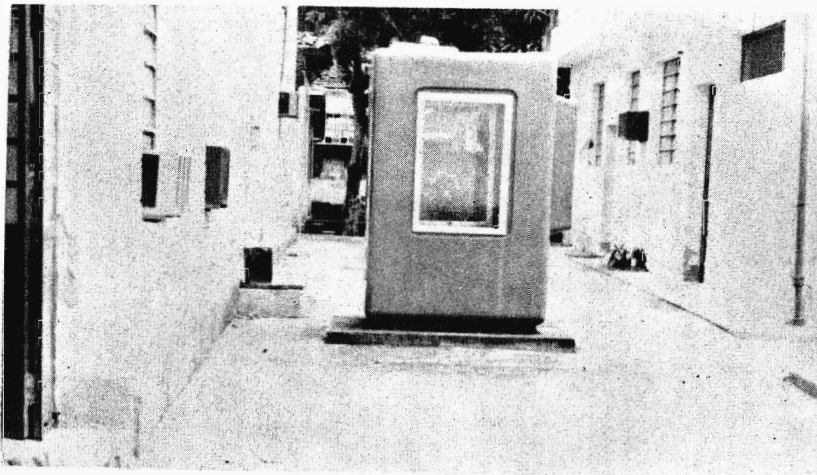
Uma das covas, na parte posterior do prédio da Administração do Jardim Botânico, onde, em abril de 1981 foram encontrados ossos.



Ossos encontrados em abril de 1981, no Jardim Botânico.



Professores João Carlos Goldberg, Angela Maria Rabello e o autor, em 25 de agosto de 1982, quando do exame preliminar procedido pelos dois professores, nos ossos encontrados.



Local da EMBRAPA, onde foram encontrados ossos.

II.04 – A DESAPROPRIAÇÃO DAS TERRAS

As constantes tentativas de invasão ocorridas desde o século XVI por corsários de diversas nacionalidades, principalmente francesa em busca de madeira e outras matérias-primas, concorreram, ainda que tardiamente, para que o Príncipe Regente, mais tarde D. João VI, resolvesse desapropriar o engenho que havia sido de Rodrigo de Freitas, pagando aos herdeiros a quantia de 42 193\$430 para nele instalar uma fábrica de pólvora e outra para fundição, forneação e perfuração de peças de artilharia visando defesa dos seus Estados.

II.05 – A FÁBRICA DA PÓLVORA

O Decreto de criação dessa fábrica data de 13 de julho de 1808 e mandava incorporar aos próprios da Coroa o engenho de terras da Lagoa de Rodrigo de Freitas, determinando o seguinte:

“Sendo-me presente a grave e urgente necessidade que há de erigir sem perda de tempo uma fábrica de pólvora, onde se manufacture este tão necessário gênero para defesa dos meus Estados, e igualmente para o mesmo fim outra fábrica para fundição, forneação e perfuração das peças de artilharia, o que tudo exige não só um local espaçoso, mas ainda abundância de águas para o movimento

das diferentes máquinas, por cujo meio se hão de executar todas as necessárias operações; e constando-me outrossim que o engenho de terras denominadas da Lagoa de Rodrigo de Freitas, seja o lugar mais próprio para esses grandes estabelecimentos; sou servido ordenar que pelo Conselho da Fazenda se proceda logo a incorporar nos próprios da minha Real Coroa e a escrever nos livros deles o sobredito engenho e terras da Lagoa de Rodrigo de Freitas, procedendo-se primeiro a competente avaliação, cujo valor com o aumento estabelecido pelas minhas Leis que mando sempre dar aqueles cujos bens se tomam para o serviço público, será pago pelo meu Erário Régio, logo que seu dono, ou quem por ele se achar legitimamente autorizado, assim o requerer e mostrar que nada obsta a que se lhe faça a mesma entrega; ordeno outrossim, não havendo embaraço legal, que até a época em que possa ser embolsado, se lhe pague sempre o mesmo que atualmente percebe do arrendamento que tem feito o que também se continuará, se a sobredita fazenda for vínculo, até que possa mostrar a compra de outra do mesmo valor que possa subrogar-se a esta que ora mando tomar para o meu Real serviço e público, dando todas estas providências a fim de que o legítimo proprietário ou administrador, não sofra dano em seu haver, e dispensando para o preciso efeito destas minhas Reais Ordens em todas e quaisquer Leis que possa haver em contrário, como se das mesmas aqui fizesse expressa menção. O Presidente do meu Real Erário e do Conselho da Fazenda assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de junho de 1808”.

Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor.

Na mesma data, o Príncipe Regente assinou outro Decreto, mandando tomar posse do engenho e terras denominadas da Lagoa de Rodrigo de Freitas, determinava ele:

“Sou servido ordenar que o Meu Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Rodrigo de Souza Coutinho, mande logo tomar posse do engenho e terras denominadas da Lagoa de Rodrigo de Freitas, e apropriá-las aos fins por mim determinados noutro Decreto da data deste, havendo toda a atenção em indenizar o arrendatário de tudo aquilo a que possa ter direito. Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de junho de 1808”.

Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor.

Após terem sido baixados estes Decretos, foi nomeado o General de origem italiana, Carlos Antônio Nacion, para dirigir a primeira fábrica de pólvora instalada no Brasil e que funcionou no interior do atual Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em local em parte ocupado hoje pelo play ground, sendo transferida em 1826, segundo dizeres de uma placa aí existente, para a Vila Inhomirim, na raiz da serra de Petrópolis, onde ainda permanece com o nome de Fábrica da Estrela, embora outras informações mencionem uma explosão em 1831 na construção onde funcionou a Fábrica da Pólvora do Jardim Botânico, o que significa que o local não estaria totalmente desativado. Tanto assim, que o Anuário do Museu Imperial, ano 1972 volume

33, publicado em 1974, estampa fotografia da Casa Grande da Fazenda da Cordoaria, sede da Fábrica da Pólvora da Estrela, segundo este anuário, desde 1831.

Os trabalhos de instalação desta fábrica e de obtenção de locais para moradias de todas as pessoas envolvidas em seu funcionamento foi dificultado pelos ocupantes das terras e proprietários que só concordavam em sair mediante desapropriação e, logicamente, indenizados.

Para solucionar este problema o Príncipe Regente, fez baixar o Decreto de 18 de julho de 1811, nos seguintes termos:

“Manda desapropriar as benfeitorias da Lagoa de Rodrigo de Freitas, necessárias à Fábrica de Pólvora.

Achando-se estabelecidos na Lagoa de Rodrigo de Freitas, não só muitos rendeiros, mas ainda alguns lavradores que só tinham obrigação de dar canna de assucar, e que, havendo cessado os engenhos de assucar, ocupam estes terrenos sem darem lucro algum à mesma fazenda, sendo entre estes os principais: 1º o Coronel José Joaquim de Lima e Silva, que cultivava a margem do Rio Branco, como lavrador, para dar canna de assucar para o dono do engenho, que ora não existe, e por cujo serviço nada tem pago há vários annos, sendo indispensável à fazenda parte da mesma vargem; 2º o lavrador Francisco Soares, que debaixo do mesmo título, possui terrenos immensos, parte dos quais faziam grande vantagem à mesma fazenda, e lhe são indispensáveis para pastos; 3º o lavrador João Valladão, de que se deve tirar um espaço indispensável, para que o caminho fique servindo de limite e cesse a interrupção que causa na fazenda; 4º o Lavrador João Guedes, que até comprou esta chácara ao defuncto Valerio, depois que a Fazenda Real comprou a fazenda sem pedir o consentimento da Administração Real da mesma fazenda, sendo assim o contrato nullo, visto que a Fazenda Real tem preferência para a compra das benfeitorias, e que muito convêm tomar para a Fazenda Real, para depois distribuir de um modo vantajoso à Fazenda e ao bem público; 5º a chácara de D. Catharina Daurique, que pertence à Fazenda Real, e de que a mesma deve entrar de posse, sendo necessaria para morada de muitas pessoas empregadas nas fábricas, e não convindo que seja arrendada por ser vizinha aos mesmos estabelecimentos das fábricas e estar rodeada por elles; 6º algumas pequenas chácaras que não é prudente se concervem nellas moradores perto dos laboratorios da pólvora, e onde só devem existir operarios da fábrica, e em cujo logar e trocas se podem dar alguns terrenos dos que se tirem aos lavradores; 7º aquisição de algum terreno proprio para o estabelecimento da fábrica de canos de espingardas, e para os brocar e amolar, que tambem será necessario fazer perto de logar onde ha aguas sufficientes para mover engenhos d’aguas, e tudo isto na conformidade do plano proposto pelo Tenente General Carlos Antonio Nacion e segundo o mappa que fez juntar ao mesmo plano. Sendo-me tambem presente que os lavradores, ainda mais que os rendeiros, só tenham direito às benfeitorias das suas fazendas, e de modo algum sejam co-proprietarios da Fazenda da Lagôa de Freitas; sou servido ordenar que a Real Junta da Fazenda dos Arsenaes do Exercito, que ora mandei crear, principie, auxiliada pelo seu Presidente, o

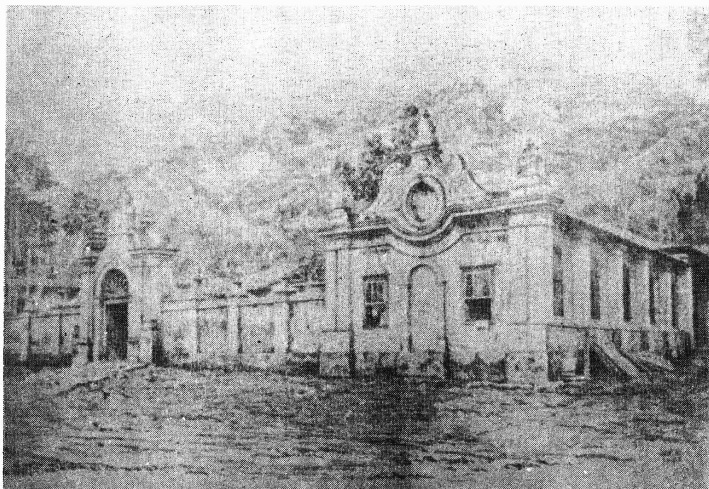
Tenete General Carlos Napion, e pelo seu Fiscal, o Desembargador Juiz da Corôa, a entrar no exame de todos estes objetos, e conhecer dos terrenos que se devem apropriar para as fábricas, das indenizações que pelos mesmos se devem dar dos novos arrendamentos que se devem fazer aos lavradores, pelos terrenos de que ficarem gosando, depois, de se incorporarem na Fazenda todos aquelles que convierem à mesma Fazenda, das chácaras que ainda se deverão tomar para o mesmo real serviço, fazendo-se as convenientes indenizações, ou em outros terrenos pelo justo valor da avaliação de suas bemfeitorias, e que sem perda de tempo me consulte, depois de proceder as devidas avaliações, tudo o que julgar se deve estabelecer a semelhante respeito, afim que em assim mande executar e possam ter effeito as saudáveis providencias que são indispensaveis para a prosperidade deste grande e util estabelecimento, e que todos devem contribuir para o engrandecimento deste ramo do meu patrimonio real. A Real Junta da Fazenda dos Arsenaes do Exercito, assim o tenha entendido e faça executar, não obstante quaesquer leis e ordens em contrário, que todas hei aqui por derogadas como se delas fizesse expressa menção. Palácio do Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1811.

Com a rubrica do Principe Regente Nosso Senhor”.

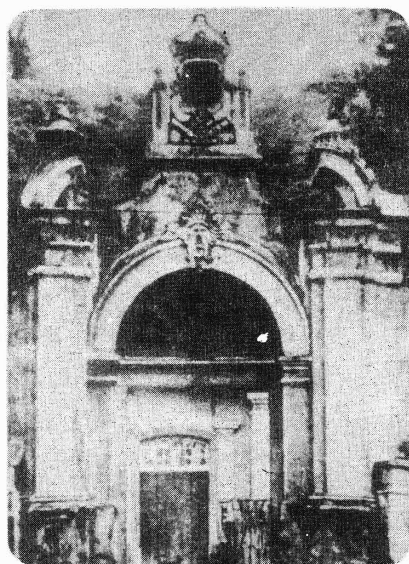
Várias edificações compunham o conjunto da Real Fábrica da Pólvora: A casa que serviu de sede do Engenho de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, onde residiu o General Carlos Antonio Napion, hoje com o aspecto arquitetônico um pouco alterado; a Fábrica da Pólvora propriamente dita, da qual restam os muros de pedra e a portada em arco abatido encimada pela coroa portuguesa, local em que eram misturados o salitre, o enxofre e o carvão para obtenção da pólvora; a Casa dos Pilões, transformada no Museu Botânico Kuhlmann, no interior da qual moíam o carvão, prédio que serviu também como oficina, depósito de instrumentos agrícolas e residência do naturalista João Geraldo Kuhlmann; a Casa do Salitre, ou Depósito do Salitre, mais tarde Asilo Agrícola, construção de 45,50 metros de comprimento por 35,15 metros de largura que existiu na atual rua Major Vaz, em terreno que começava no número 392 onde funciona o Colégio Rio de Janeiro e que ia até perto do parque do Jardim, no número 66, residência do Delegado do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, em cujo interior estocavam o salitre importado, até ser transportado por meio de carretas que corriam em trilho, para a fábrica fundada no interior do Jardim Botânico, onde era misturado ao carvão guardado na Casa dos Pilões e ao enxofre.

Em 29 de março de 1864 o Conselho Fiscal do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, a quem o Jardim Botânico estava subordinado, desde 18 de agosto de 1861, decidiu opinar pelo estabelecimento da Escola Agrícola chamada Asilo Agrícola e da Fazenda Normal.

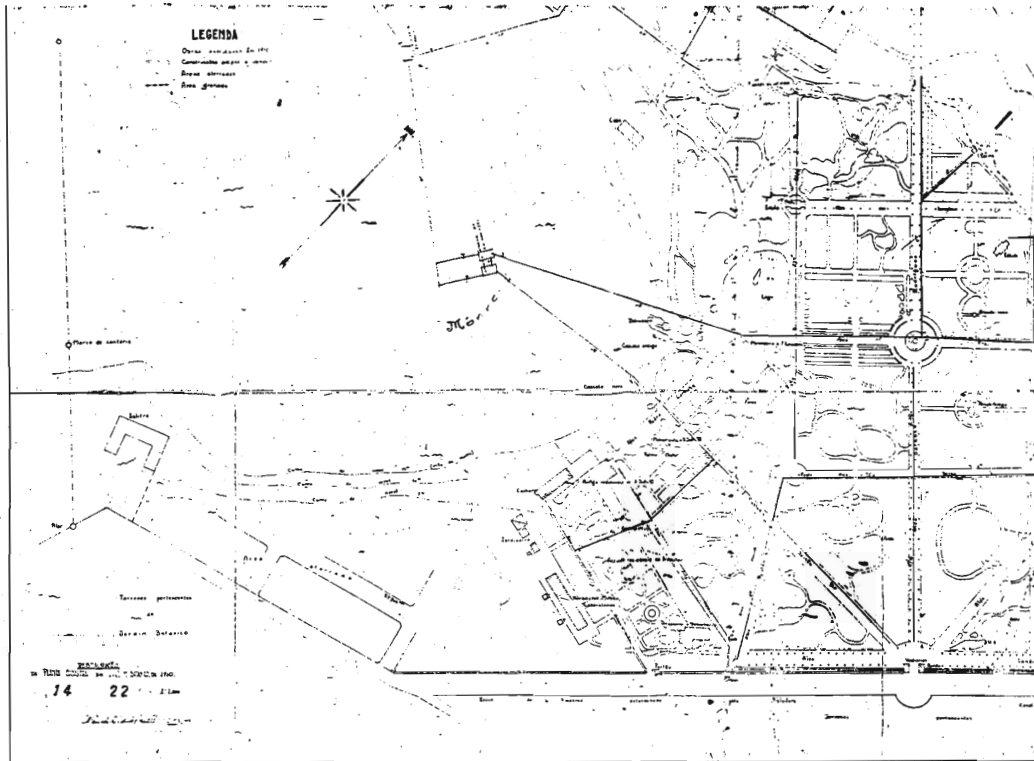
O parecer para criação deste asilo foi aprovado em 1867 e na reunião realizada pelo Imperial Instituto Fluminense de Agricultura em 10 de dezembro de 1868, foi lido um aviso do Ministério da Agricultura datado de 30 de setembro daquele ano participando achar-se desocupado, inteiramente à disposição do Instituto, a Casa do Salitre, na Lagoa de Rodrigo de Freitas, para ali ser fundado o asilo.



CASA DO SALITRE



PORTAL DA CASA DO SALITRE



Houve algumas dificuldades iniciais para o seu funcionamento, tais como: o precário estado do prédio e insuficiência de água naqueles terrenos para as diversas ocupações a ele pertinentes, porém o Ministério da Agricultura colocou à disposição do Instituto a quantia de 2000\$000 para os reparos necessários e foi trazida água com pouca despesa, de um aqueduto do Jardim Botânico graças a 400 metros de cano de ferro conseguidos também com aquele ministério. Finalmente em 21 de junho de 1869 foi ele inaugurado tendo como primeiro Diretor Antonio Francisco Laczynski e em 28 de junho de 1871 sua direção foi entregue ao Comendador J.A. Azevedo.

No dia 21 de junho de 1872, três anos portanto após sua fundação, foram bentas a capela e a senzala do asilo e nesse mesmo dia foi rezada a primeira missa pelo vigário da freguesia da Lagoa, Padre Francisco Martins do Monte.

O ato contou com a presença de D. Pedro II e o Duque de Saxe, acompanhados pelo Ministro da Agricultura e o Visconde de Itaúna entre outras pessoas.

O aproveitamento da propriedade como asilo, serviu para ensinar o trabalho agrícola a órfãos cujas idades variavam de 9 a 24 anos, inicialmente com 10 internos encaminhados pela Santa Casa da Misericórdia, número posteriormente aumentado para mais ou menos 30 que praticavam os mais aperfeiçoados sistemas de plantío da época, enquanto aprendiam o ensino elementar, recebendo educação moral e religiosa, preparando-se para serem administradores das fazendas.

Em 11 de julho de 1882 foi nomeado o Comendador Nicolau Joaquim Moreira para ser Diretor do Jardim Botânico, do Asilo Agrícola e Fazenda Normal tendo sido empossado em 1 de agosto daquele ano.

Como incentivo à criação de animais foram feitas várias doações àquele estabelecimento. Em 1887 existiam no asilo: 14 animais de raça bovina, 7 de raça lanígera, 7 merinos negretes, 13 de raça suína mineira, 49 galinhas e galos, 1 peru, alguns gansos e centenas de pombos.

Com o desenvolvimento do Asilo, houve necessidade mais tarde de transferi-lo para a Fazenda do Macaco, adquirida em 1874 onde passou a ser chamado Asilo Agrícola do Macaco. O novo edifício aí inaugurado em 28 de novembro de 1884 tinha já desde 15 de outubro do mesmo ano um regulamento provisório aprovado pelo Imperial Instituto Fluminense de Agricultura que entre outras coisas, no capítulo III das Disposições Gerais, art. 1º, mandava incorporar ao Asilo Agrícola a fábrica de chapéus-de-chile que utilizava uma Bombonassa chamada Carludovica palmata Rz et Pav. para seu fabrico, cultivada em grande quantidade no Vale de Margarida.

João Barbosa Rodrigues, no seu livro Hortus Fluminensis diz que o asilo Agrícola foi suprimido em 24 de dezembro, sem precisar com exatidão o ano, escrevendo apenas 188. . .

Pesquisando antigos documentos do Jardim Botânico, encontrei no ofício 1728 de 27 de março de 1903 do Diretor interino do Órgão, Dr. João Joaquim Pizarro, ao Sr. Ministro da Indústria Viação e Obras Públicas, Sr. Lauro Severiano Müller, alusão à localização da Casa do Salitre como sendo à rua Jardim Botânico nº 42 com um grande portão de acesso.

O exame de antigos mapas e plantas revelou que a rua Major Vaz, anteriormente rua 12 de Maio, foi aberta com o corte de parte do terreno onde existiu a Casa do Salitre.

Neste ofício, o Dr. João Pizarro, dá explicação e luta pela não demolição do prédio pretendida pelo Prefeito do então Distrito Federal que vinha solicitando a sua desocupação.

Pela leitura do ofício, toma-se conhecimento imediato da figura humana e zelosa das coisas históricas que foi o médico Dr. João Joaquim Pizarro.

Dizia ele, que o prédio era um monumento histórico que conservava redivivo o nome do Rei D. João VI a cujo zelo e amor pelo engrandecimento do Rio de Janeiro, tanto deveu esta capital.

Reconhecia ser um prédio muito estragado e em ruínas em algumas dependências, mas que além de abrigar 10 trabalhadores do Jardim Botânico, poderia ser facilmente restaurado, conservando-se-lhe a fachada e o grande portão que para ele dava entrada e assim manter de pé uma grande casa, que além de abrigar tantos empregados do Jardim, era um monumento arquitetônico dos tempos coloniais e ligado à história do Jardim Botânico.

Assim, verificou a necessidade imprescindível de atender de pronto a reparação, reconstrução e mesmo a demolição de alguns prédios que por seu estado ruinoso não mais podiam conservar-se de pé. Dois deles já haviam sido condenados pela autoridade sanitária a serem demolidos.

Além disso como médico, tinha verificado também ser insalubérrima a zona em que estava o Jardim Botânico e que este fato era devido em grande parte a represa das águas do Rio Macacos que deixavam no terreno fronteiro ao Jardim Botânico águas estagnadas servindo como foco da malária.

Os estudos que tinha feito permitiram reconhecer a presença da doença no sangue dos moradores da região.

Devido a tudo isto vinha pleiteando e conseguiu, a verba de 60 contos, quantia exígua mas que serviria para dar início aos melhoramentos de defesa sanitária imprescindíveis e inadiáveis de aspiração também dos moradores da Gávea e começar as obras de restauração da Casa do Salitre.

Lamentavelmente, após tanta luta, o Sr. Ministro da Indústria Viação e Obras Públicas recomendou que não fossem iniciadas as obras. Vendo ruírem seus esforços, não podendo levar avante o que julgava básico, João Joaquim Pizarro, solicitou sua exoneração, passando para o ajudante Secretário do Jardim Botânico, Sr. Francisco de Albuquerque, o cargo que interinamente vinha exercendo.

As pressões por parte do Prefeito para desocupação da Casa do Salitre, segundo justificava, com fins de embelezamento, continuaram; o Dr. Guilherme Schuch, Barão de Capanema que havia assumido interinamente a direção do Jardim Botânico em 22 de abril de 1903, no ofício 1744, de 5 de maio de 1903 endereçado ao Ministro da Indústria Viação e Obras Públicas, respondendo ao pedido de informação a respeito da não desocupação do prédio da rua Jardim Botânico nº 42, justificou-se dizendo que o imóvel havia sido construído pelo general Napion para atender à Fábrica da Pólvora e que com ele marcava o início de algumas indústrias no Brasil e ao mesmo tempo teve origem a introdução de diversas plantas industriais importadas

pelos portugueses das antigas colônias da Índia e sobretudo de Caiena, plantas que dali foram espalhadas por todo o Brasil.

Além do mais era uma relíquia histórica que convinha ser restaurada e aproveitada como habitação dos trabalhadores do Jardim Botânico, num lugar onde serviam de guardas para impedir os assaltos de malfeitores que pretendiam furtar.

II.06 – SURGIMENTO DO JARDIM BOTÂNICO

Na mesma ocasião da fundação da Fábrica da Pólvora, o Príncipe Regente, D. João, determinou que junto dela fossem aclimatadas as plantas trazidas das Índias Orientais.

Luiz de Abreu Vieira e Silva, aqui chegou com as primeiras espécies, tais como: abacateiros, moscadeiras, caneleiras, turangeiras e pés de litchi, trouxe também sementes da *Acacia lebbach Willd* (coração de negro), *Cycas revoluta Tunb* (sagú), *Artocarpus incisa Lin* (fruta-pão), *Spondias sp.* (cajá) e *Areca (Oreodoxa oleracea Mart., atualmente Roystonea oleracea (Jacq. O.F. Cook).*

Outros exemplares de plantas, foram trazidas pelo Marechal Manoel Marques e Raphael Bottado de Almeida, graças aos quais se plantaram as primeiras sementes de chá (*Thea viridis L.*) cultivadas com a ajuda de colonos chineses, vindos para ensinar os segredos da sua preparação e plantio; tempo houve em que no Rio de Janeiro só se bebia chá do Jardim Botânico.

Em 13 de junho de 1808 o Príncipe Regente mandou preparar próximo da casa do Inspetor da Fábrica da Pólvora um jardim de aclimação.

Com a assinatura do Decreto de 11 de outubro de 1808, foi tornado público e passou a ser chamado de Real Horto, ficando subordinado ao Museu Real até 29 de fevereiro de 1822, quando passou à subordinação do Ministério do Interior, mais tarde Ministério do Império.

O nome Real Jardim Botânico surgiu, após a coroação de D. João como rei do reino unido de Portugal e Brasil, época em que foi introduzido o cravo-da-Índia, trazido pelos Jesuítas e finalmente Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

II.07 – SUBORDINAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO AO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA

Em 3 de novembro de 1860, através do Decreto 1681 o Governo Imperial aprovou os estatutos referentes ao Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, que teve como primeiro sócio fundador D. Pedro II, doador de 108 000\$000 e no dia 19 do mesmo mês e ano foi realizada a primeira sessão, sob a presidência do Marques de Abrantes. O Visconde de Barbacena, o Barão de Mauá – Vice-Presidente, o Barão de São Gonçalo e o Dr. Frederico Leopoldo Cezar Burlamaqui – Secretário, compareceram a mesa.

Na ocasião, entre outras propostas foi apresentada uma, para que fosse pedido ao Governo Imperial a cessão da administração do Jardim Botânico da Lagoa de Rodrigo de Freitas, a fim de nele estabelecer o Imperial Instituto uma escola experimental de máquinas, aparelhos e processos agrícolas, e um depósito de animais e plantas úteis.

Foi aprovada esta proposta e resolvido seu envio ao Conselho Fiscal, a fim de obter a sua sanção, o que aconteceu após algum tempo sendo remetida pelo Sr. Presidente da Diretoria ao Governo Imperial.

Em 31 de janeiro de 1861, através de um aviso do Ministério dos Negócios do Império foi comunicado que o Governo Imperial tomando em consideração a proposta da Diretoria do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura tinha resolvido sua aprovação, a fim de que o Instituto começasse a executar a série de medidas que julgava necessárias para o melhoramento da agricultura do país aceitando nos seguintes termos as condições apresentadas:

- 1ª — O Jardim Botânico continuaria a servir de passeio público;
- 2ª — Continuariam a ser distribuídas, no Estabelecimento, sementes e plantas, mediante razoável retribuição, fixada em tabela, aprovada pelo Governo;
- 3ª — Seriam retirados do Estabelecimento todos os empregados e escravos da nação;
- 4ª — O Imperial Instituto conservaria no melhor estado possível todos os edifícios do Estabelecimento, sendo indenizado segundo a avaliação dos peritos nomeados pelo Governo e pelo Instituto, das benfeitorias que fizesse nos mesmos edifícios para sua conservação e segurança, no caso de reassumir o Governo a administração do Jardim por motivo que não fosse o da dissolução do Instituto ou de abandono do Estabelecimento pela Administração do mesmo Instituto;
- 5ª — O Governo concederia ao Imperial Instituto uma subvenção anual de nove contos de réis."

Para ser levada à efeito a referida substituição da administração do Jardim Botânico, na forma indicada, de via a Diretoria habilitar um dos seus membros com os poderes necessários para firmar o respectivo contrato.

O aviso de 8 de junho de 1861, em resposta ao ofício da Diretoria, e em adiamento ao aviso de 31 de janeiro comunicou a aprovação das seguintes modificações:

- 1ª — O subsídio seria de 12 000\$000 anuais;
- 2ª — Proceder-se-ia ao inventário e avaliação dos edifícios e mais objetos existentes no estabelecimento, antes de serem entregues ao Instituto;
- 3ª — A indenização teria sempre lugar por parte do Governo, salvo no caso de dissolução do Instituto."

O mesmo aviso comunicava ter sido nomeado o Capitão do Corpo de Engenheiros José Maria Jacintho Rebello para de comum acordo com o que seria nomeado por parte do Instituto, proceder ao inventário e avaliação dos já referidos edifícios e objetos.

Por proposta do Sr. Secretário do Instituto, foi solicitado ao Governo da província do Rio de Janeiro uma ajuda de 10 000\$000 anuais obrigando-se o Imperial

instituto a sustentar, vestir e curar, a jovens maiores de 12 anos ensinando não apenas as primeiras letras e rudimentos da ciência que pudessem interessar à agricultura, como também aos processos de prática agrícola que pudessem ser ensinados no Jardim Botânico.

Como já havia dito quando tratei da Fábrica da Pólvora, a subordinação efetiva do Jardim Botânico ao Imperial Instituto Fluminense de Agricultura aconteceu em 18 de agosto de 1861 e estando próxima a tomada de posse do Jardim, foi nomeado jardineiro chefe o Sr. Herman Herbst, que assumiu o cargo em 4 de setembro do mesmo ano.

Nessa época os trabalhadores eram pagos de acordo com suas habilitações e recebiam alimentação.

O Instituto instado a declarar quais os terrenos e edifícios que não precisava, informou não necessitar nem da chácara do Algodão, nem da nesga de terreno e dos edifícios, que ficariam interceptados pela nova estrada, do lado da Lagoa, mas caso viesse necessitar de maior superfície cultivável e de casas próprias para o estabelecimento de escolas, requeria a anexação ao Jardim das chácaras nºs 14 e 15.

Como colaboração do horticultor B. Binot, radicado em Petrópolis, receberam no Jardim Botânico, espigas de trigo, cevada e centeio e 8 variedades de batatas já por ele cultivadas com grande êxito.

Nessa época, atendendo solicitação do Visconde de Barbacena visando uma conferência da planta do Jardim Botânico foram verificados vários pontos incorretos.

Pretendendo economizar tempo e dinheiro com os aterros e desaterros necessários para a boa cultura, foram feitos contactos objetivando colocação de trilhos de ferro e de alguns carros para o transporte do que fosse necessário. Em outubro do mesmo ano já se achavam 300 braças de trilhos no Jardim Botânico, faltando os carros.

Nessa época os terrenos do Jardim propriamente ditos, assim como os que se destinavam as culturas experimentais eram tão baixos que necessitavam de muito aterro para ficarem em condições de cultivo sem o que a vegetação não poderia prosperar e mesmo os terrenos, sem serem elevados, não podiam ser dragados.

A extensão a ser aterrada correspondia a 3/4 partes da superfície total, o que totalizava 34 200 jardas cúbicas sendo necessários 6 meses para sua conclusão.

Em 12 de fevereiro de 1862, através de um aviso, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas resolveu fundar uma escola prática de agricultura.

Em março do mesmo ano, compraram ao jardineiro Hermann Herbst sua coleção composta de 3282 plantas, tais como: palmeiras, árvores frutíferas, econômicas e plantas de ornamento, além de 3 000 mudas de baunilha e 1 500 mudas de ananazes Vitoria, pela quantia de 2\$500; além das aquisições, muitas vezes o Jardim recebeu doações e entre outras, 10 barricas de guano artificial para adubações de suas terras.

Diante das dificuldades iniciais para a criação de um internato agrícola e da impossibilidade de se realizarem experiências visando o aperfeiçoamento das técnicas agrícolas começou a amadurecer a idéia de solicitar ao governo a rescisão do contrato com o Jardim Botânico reassumindo o Governo a administração do Jardim.

Os argumentos eram que não se prestava para culturas proveitosas e a dragagem, ou mesmo os aterros, consumiriam todo o capital do Imperial Instituto Flumi-

nense de Agricultura. Antes da decisão final quanto à rescisão, o Visconde de Barbacena ficou encarregado de procurar um local adequado para instalação de uma fazenda modelo que veio a ser conhecida como Fazenda Normal.

II.08 – A FAZENDA NORMAL NA ÁREA DO JARDIM BOTÂNICO

Visando a instalação de uma fazenda normal onde fossem experimentadas as máquinas e instrumentos utilizados na lavoura, assim como os sistemas para culturas e os métodos para fabrico, perfeição e conservação dos produtos agrícolas, o Visconde de Barbacena encontrou no município da Estrela, uma fazenda, 2 sítios perto da estação da Maxambomba, informando que o Barão de Mauá oferecia ao Instituto uma parte de sua fazenda de Sapopemba para o estabelecimento de uma fazenda normal, sem qualquer ônus para o Instituto.

Em 1 de julho de 1862, com a presença do Imperador, do Visconde de Barbacena, dos Barões de Nova Friburgo e São Gonçalo, e outras pessoas, foi examinada na sala de reuniões do Instituto, planta dessa fazenda e iniciados os estudos comparativos com a de Maxambomba, ocasião em que tiveram também início os debates para rescisão do contrato com o Jardim Botânico.

Após a escolha ter sido praticamente decidida pela fazenda Sapopemba, a situação foi modificada, graças à chegada do Dr. Karl Glasl, em 18 de outubro de 1863. Depois de examinar as terras do Jardim e da fazenda Sapopemba, aquele que viria a ser Diretor do Jardim Botânico, optou pelas primeiras, por sua melhor qualidade e pela maior abundância de água imprescindível para funcionamento de determinadas máquinas.

Sugeriu ainda anexação de algumas chácaras adjacentes.

O assunto passou a ser examinado por uma comissão cuja opinião era que, independentemente de ser escolhido o Jardim Botânico como local para estabelecimento da Fazenda Normal, as chácaras que no mapa da Fazenda da Lagoa, apareciam com os nºs 14, 15, 21 e 22 deveriam ser anexadas, porquanto, desde 1858 já haviam sido avaliadas e seus arrendatários intimados para receberem as benfeitorias.

O Conselho Fiscal do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, ponderou por unanimidade que muito mais conveniente seria se o Instituto pudesse despende 50 ou 80 contos de réis, a fim de comprar uma fazenda próxima à Estrada de Ferro D. Pedro II ou à União e Indústria para nela ser estabelecida a Fazenda Normal e a Escola Agrícola, do que se utilizar das terras do Jardim.

Assim as experiências quanto aos vários plantíos poderiam ser feitas em local mais próximo de outras fazendas, possibilitando maior facilidade de aprendizagem aos lavradores. Para não onerar o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura o Conselho Fiscal, em 29 de março de 1864, decidiu opinar pelo estabelecimento da Fazenda Normal e Escola Agrícola nas terras do Jardim Botânico, esta última, na Casa do Salitre, sugerindo ainda a anexação a este Órgão, do maior número de terras possíveis, para que no futuro a fazenda não tivesse falta de espaço.

Como as anexações dependiam de decisões, ficou resolvido que até isto ser concretizado deveriam cuidar da melhoria da terra do Jardim e da fabricação de algumas máquinas.

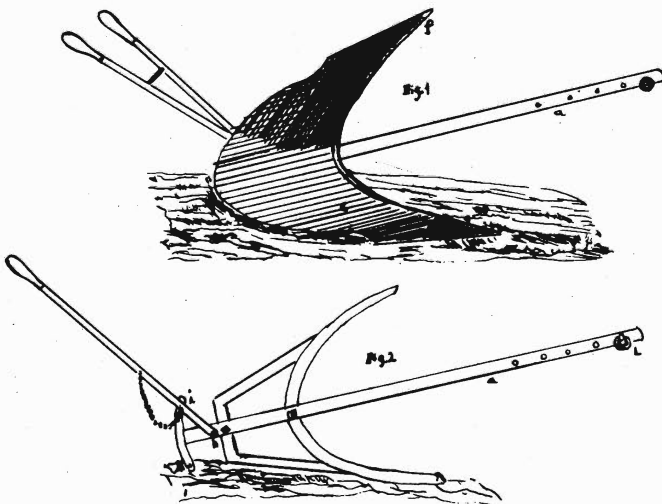
O Dr. Karl Glasl iniciou na mesma época as obras de ampliação da casa da Chácara dos Pilões, hoje Museu Botânico Kuhlmann, visando criar condições de aí instalar uma roda hidráulica, movida pela água da levada para movimentar diversas máquinas e também servir de depósito para instrumentos agrícolas pertencentes à Fazenda Normal.

Apesar dos poucos recursos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, existiam na Fazenda Normal em 1874, um laboratório para análises químicas agrícolas, viveiros de plantas, cultura de bichos da seda, oficinas de serralheria e carpintaria e fábrica de chapéus de palha, conhecidos como chapéu-chile. Faziam farinha, fubá de milho, aguardente, descaroçavam algodão e cultivavam araruta, anil, cacau, juta, cana de açúcar, algodão, fumo, mandioca, aipim, café, baunilha, batatas inglesa e doce, arroz, feijão, sendo que alguns destes em diversas variedades.

Além disto atendiam aos pedidos de sementes, fabricavam ferramentas nas oficinas, inclusive uma para extração de tocos chamada Tenaz idealizada pelo Dr. Karl Glasl, que inventou também um arado de aiveca móvel ou de volta-orelhas, que girava para um e outro lado e que era o único que se prestava para lavrar terrenos montanhosos.

Era simples, sólido, as peças unidas com parafusos permitindo desmontá-lo com facilidade, facilitando seu transporte.

Seu peso permitia que um homem o levasse às costas; para seu uso, bastava um ou dois animais dependendo da natureza do terreno; nos argilosos e obstruídos com pedras e raízes eram necessários quatro ou seis bois para puxá-lo. Quando as peças quebravam podiam facilmente serem consertadas por qualquer ferreiro e seu custo não ultrapassava a 20\$000 preço muito inferior aos mais baratos da época, quando praticamente tudo era importado.



AIVECA MÓVEL – Idealizada pelo Dr. Karl Glasl.

A máquina funcionava da seguinte maneira: a lança ou timão *a*, forte, de ferro, media 5 pés de comprimento. Duas aivecas fixas, *b*, *c*, com suas extremidades, *f*, *g*, de aço, situadas no lugar da relha efetuavam alternadamente o trabalho de cortar e virar a terra.

A rabiça do arado apresentava meia volta em redor da cavilha ou prego rebatido, *h* e era fixa em *i* por outra cavilha.

Para voltar o arado no final de cada sulco, tiravam a cavilha *i*, mudavam a rabiça para *k*, fixando-a nesse ponto por meio de uma cavilha, e logo após viravam o arado para o outro sentido.

A corrente transmissora da tração era presa à lança no gancho, ou anel de ferro *l* que seria também para regular a largura dos sulcos e para este fim, quando o anel achava-se para o lado da aiveca que estava trabalhando, o sulco obtido era mais largo do que no caso contrário. Tanto mais profundos eram os sulcos quanto mais afastados do extremo da lança estivesse o anel que prendia a corrente de tração.

A imaginação de Karl Glasl era tão fértil que idealizou e pôs em prática um processo de secagem de pântanos no Jardim Botânico, em local conhecido como pântano do Jacaré que cobria vasta extensão, distando 150 metros do rio Macaco, no ponto mais setentrional.

A Fazenda Normal prosseguia no seu objetivo. Sua área chegou a 875 669 metros quadrados tendo em seu interior 250 000 plantas, e os seguintes prédios nacionais: Casa do Castro, Chalet do Castro, Armazém da Margarida, Casa das Loureiras, Casa da Magarida, Casa da antiga fábrica, Casa da Pedra Santa, Casa do Soares, Casa do João Tavares, Casa do Chapéu-de-Chile, Palacete, Ferraria e Carpintaria, Casa da Caixa d'Água, Casa do Salitre.

O desligamento do Jardim Botânico do Instituto Fluminense de Agricultura ocorreu no final da administração do Dr. Pedro Dias Gordilho Paes Leme com a portaria de 25 de março de 1890 do Ministro da Agricultura. Nesta data foi nomeado João Barbosa Rodrigues, mas que só entrou em exercício em 1 de junho de 1890.

II.09 – OS TERRENOS DA LAGOA RODRIGO DE FREITAS EM 1869

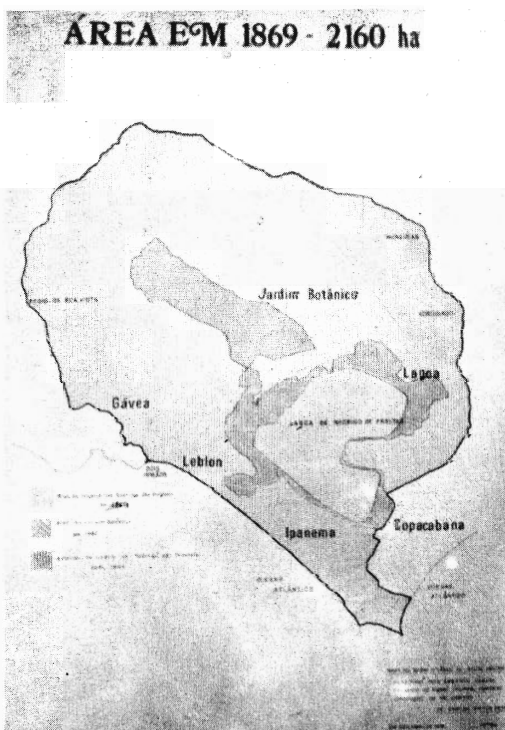
A escritura pública, de 1869, dos Terrenos da Lagoa Rodrigo de Freitas, está arquivada no 1º Ofício do Registro de Imóveis, sob o nº 344 do Livro 4, fls. 346, nº de ordem – 344, diz:

Data – 1º de Dezembro de 1869

Freguesia do Imóvel – Terrenos da Lagoa Rodrigo de Freitas

Confrontações e características do imóvel – Limitando-se ao Norte com as vertentes do Corcovado e Paineiras, ao Sul com o mar, à Leste com terras de D. Isabel, ao Oeste com terrenos do Visconde de Asseca, partindo da pedra de Nossa Senhora da Copacabana, isto é, não da altura em que se acha a Capela na chamada Pedra do Arpoador, onde estão gravadas as Letras F, N, seguindo rumo de 36° 30' N.O. com 276 braças, passa pelas águas vertentes do Morro Cantagalo onde existe marco com as referidas letras F.N., segue pelas vertentes e passa pelas ruínas visí-

veis da casa do respectivo sítio, atravessa o morro com 145 braças e segue depois o rumo de 21° N.O. com 50 braças e passa por uma pedra onde se vê as letras F.N. no lugar denominado Praia Funda; daqui no rumo de 25° N.O. atravessa a Lagoa com 230 braças até a fralda do Morro da Urca com 435 braças e segue a direção das vertentes até encontrar o Caminho de São Clemente no antigo Forte da Piassaba onde se reconhece o lugar de um marco que ali existiu e que foi estabelecido; atravessa o dito caminho, com 15 braças, onde se colocou o marco; daqui, no rumo de 70° N.E. com 90 braças e dali segue a linha a direção das vertentes do Corcovado, das Paineiras, Morro da Tijuca e Boa Vista atravessando a estrada desse nome – Dois Irmãos. Sítio do Céu, não compreendendo a casa deste sítio; passa pela rampa do antigo Forte do Vidigal, chega ao mar, e seguindo pela praia para o lado de Copacabana com 1655 braças; segue depois no rumo de $60^{\circ} - 30'$ com 65 braças até a pedra já mencionada, ficando por esta forma fechado o perímetro destes mencionados terrenos, que contém, incluindo as curvas das vertentes, 10 100 braças sendo o maior comprimento desta fazenda 2 700 braças, com uma superfície aproximadamente igual a 4 500.000 braças quadradas compreendendo a Lagoa.



AREA DA FAZENDA DA LAGOA RODRIGO DE FREITAS EM 1869.
Desenho do Dr. Carlos Fernando de Moura Delphim

Nome e domicílio do adquirente – A Fazenda Nacional da Corte.
Nome e domicílio do transmitente – A Ilma. Camara Municipal da Corte.
Título – Cessão.
Forma do título – Escritura pública do Tabelião Vicente Esteves.
Valor do Contrato – 50 apólices da dívida pública do valor nominal de R.S.
1 000\$000 cada uma, e juros de 5%.
Condição de Contrato – Não tem.
Averbações – Não tem.
Assinado – O Oficial José Soares de Oliveira.

ÁREA ATUAL - 138ha



ÁREA ATUAL DO JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO.

II.10 – INSALUBRIDADE DA LAGOA

A propósito de insalubridade já tinha se ocupado José Martins da Cruz Jobim, Conselheiro-Médico da monarquia em carta endereçada ao Imperador, datada de 12 de março de 1850, na qual chamando atenção para o estado sanitário da capital do Império, aconselhava D. Pedro a permanecer em Petrópolis, dizia ele:

“Meu Senhor

As febres cada vez se tornam mais furiosas, os estrangeiros morrem em grande quantidade todos os dias, tem havido muitos casos de morte quase repentina neles: da companhia dos cavalinhos do Lavradio já morreram dez pessoas, na rua do Ouvidor a mortandade é grande os nascates italianos ou tem morrido todos ou tem fugido para fora, enfim a desgraça é extraordinária, e vai a mais. Vossa Magestade habita hoje um clima diverso deste, tem de passar um foco de infecção, qual o porto da estrela, e esta bahia, onde alguns estrangeiros

apenas chegam morrem em poucas horas; para que há de V.M. vir cá? por causa de uma festa? peço a V.M. que faça ver a S.M.A. Imperatriz a quanto se expõe, que não se comprometa, nem dê causa a desgraças, e Ela com o seu grande discernimento impedirá a V.M. de cá vir desculpendo-se como fôr. Sou de V.M.I. Súdito e criado humilfssimo Jobim”.

Cinqüenta e três anos após esta carta a insalubridade ainda existia no Rio de Janeiro e a Lagoa Rodrigo de Freitas era um desses locais.

No ofício 1744, de 5 de maio de 1903, a que já me referi quando tratei da criação da Fábrica da Pólvora, o Barão de Capanema sugere o salvamento e aproveitamento da região entre a rua Jardim Botânico e a Lagoa como área de recreio para o público, pois devido à sua extensão poderia ser criado um esplêndido parque para passeios e desta forma concorrer para enxugar poças e locais alagadiços em que se originavam as febres e, o que era mais importante, manter uma atmosfera sempre pura, com ventos oceânicos, gozando-se magnífica vista e o admirável panorama da lagoa cercada de montanhas.

Diz ele ainda que tempo houve em que se atribuiu as febres às algas da lagoa que nela abundavam e para solucionar o problema foram colocadas barcaças a vapor para pescar e afastá-las.

O documento se refere às avultadas despesas com estas barcaças visando a limpeza da lagoa, para ele prova de ignorância, pois o que denominavam algas, plantas criptogâmicas, na verdade, nada mais eram do que monocotiledôneas que floresciam em certas épocas na superfície das águas, frutificando e mergulhando a semente para germinar no fundo.

Essa monocotiledônea chamada *Ruppia cosmopolita*, existia segundo ele, em todos os litorais da zona tórrida e temperada. Devido a esse erro diziam que a Lagoa Rodrigo de Freitas era foco de epidemia, porém isto se devia à água doce estagnada, principalmente devido ao transbordamento do Rio Macaco, nos terrenos entre a Lagoa e a estrada, hoje Jóquei Clube e rua Jardim Botânico, respectivamente.

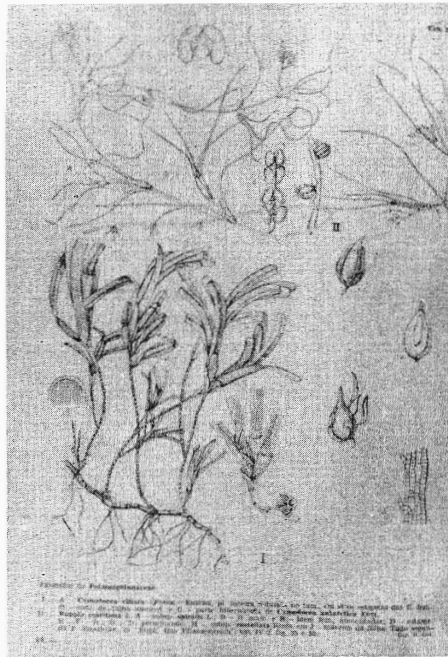
Em pesquisa sobre esta espécie botânica, verifiquei que a revista *Planzenreich* de 1907 – Volumes IV, II de autoria de A. Engler, não se refere ao nome *Ruppia cosmopolita* e sim *Ruppia marítima*.

F.C. Hoehne, na revista do Instituto de Botânica de São Paulo, datada de 1948, falando sobre Plantas Aquáticas, diz que encontrou uma única espécie de *Ruppia*, que foi a marítima freqüente nas águas salobras e em 1911 coletou-a na Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro quando estudava a flora da mesma.

Menciona ele que é um capim rijo da água, que se ramifica e infesta largas porções do fundo dos mares, crescendo até um metro de altura. Diz que na lagoa teve início mais tarde a exploração desta planta como adubo para hortas, com magníficos resultados, visto estar sempre coberto ainda, de algas marinhas pequenas.

É interessante comparar a data mencionada pelo Barão de Capanema, quando fez alusão à *Ruppia cosmopolita*, 1903 e o ano em que Hoehne coletou a espécie *Ruppia marítima*, 1911, diferença de apenas 8 anos.

Após ler os dados de Engler e Hoehne, consultei o *Index Kewensis*, que não registra a espécie *Ruppia cosmopolita*.



Ruppia marítima.

II.11 – O SERVIÇO FLORESTAL, O INSTITUTO DE BIOLOGIA VEGETAL E O JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO

O Serviço Florestal do Brasil teve como primeiro dirigente o Agrônomo Francisco de Assis Iglesias, autor do anteprojeto para criação deste serviço, possuidor de larga experiência, pois desde 1920 havia dirigido o serviço de sementeiras do Ministério da Agricultura. Permaneceu até 1932, no Serviço Florestal, época da reforma daquele Ministério, voltando depois para São Paulo, a fim de assumir a chefia da Seção de Sericultura da Secretaria de Agricultura.

Em 1932 foi criado o Instituto de Biologia Vegetal, (I.B.V.) que perdurou até 1938. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro nessa época passou a ser superintendência do I.B.V., dirigido por Paulo de Campos Porto.

Pelo Decreto-Lei nº 982, de 23 de dezembro de 1938, foi criado o Serviço Florestal, com sede no Jardim Botânico do Rio de Janeiro que iniciou suas atividades em janeiro de 1939.

Do seu programa constavam os trabalhos de proteção às florestas, o estudo das essências florestais brasileiras, a criação e conservação das estações biológicas, de parques nacionais, reservas florestais, o incentivo ao reflorestamento e estudo de nossa flora.

Compunham-no a antiga Seção de Botânica, a Estação Biológica, depois Parque Nacional de Itatiaia e os Hortos Florestais da Gávea, de Santa Cruz, atual Estação Florestal de Experimentação Mario Xavier e os de Lorena, Ibura, Ubajára e ainda o Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Com a restauração deste Serviço, seu dirigente voltou a ser o agrônomo Francisco de Assis Iglesias, ex-diretor do primitivo Serviço Florestal.

Em 28 de abril de 1942 foi nomeado Diretor do Serviço Florestal o Dr. Alpeu Domingues, em substituição de Francisco de Assis Iglesias que reassumiu o posto de Diretor do Serviço de Sericultura de São Paulo; no mesmo ano foram criadas duas novas seções técnicas, a saber: a de Biologia e a de Proteção de Florestas.

Por Decreto de 28 de abril de 1943, assumiu a direção do Serviço Florestal, o agrônomo João Augusto Falcão de Almeida e Silva que por força do que determinava o art. 4º do Decreto nº 6 735, de 21 de janeiro de 1941, passou a ser Presidente do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil.

Com a reorganização do Serviço Florestal consolidada com o novo Regimento de 29 de setembro de 1944, a área do Jardim Botânico foi aumentada e o cargo de Diretor voltou a existir, permanecendo no entanto subordinado àquele Serviço.

Nessa nova fase, assumiu a direção do Jardim, em 30 de outubro de 1944, o naturalista João Geraldo Kuhlmann e sua organização passou a ser a seguinte:

Diretor – João Geraldo Kuhlmann
Seção de Botânica Geral – Fernando Romano Milanez
Seção de Botânica Sistemática – Liberato Joaquim Barroso
Seção de Botânica Aplicada – Alexandre Curt Brade
Superintendência do Jardim – Claudio Cecil Poland
Biblioteca em comum com o Serviço Florestal – Nearch S. Azevedo
Seção Administrativa – Anibal F. Amaral

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal foi criado pela extinção do Instituto Nacional do Pinho, Instituto Nacional do Mate e a incorporação do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, do Ministério da Agricultura.

A incorporação do Horto da Gávea a ele aconteceu com a extinção deste mesmo Departamento.

II.12 – O MUSEU INDUSTRIAL

Após a visita que fez à Europa, especialmente ao Jardim Botânico de Kew, na Inglaterra, o Visconde de Bom Retiro, na reunião realizada no Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, a 23 de setembro de 1874, deu a idéia de ser feito um museu industrial que contaria com amostras de madeiras, sementes, diversas plantas, algumas raras, artefatos da nossa indústria, coleção de frutos e uma biblioteca.

A área escolhida de 3 hectares para os jardins e o prédio, ficava na parte fronteira ao Jardim Botânico. O edifício com 52 metros de comprimento e 11 de largura, contendo 1 vestíbulo, 4 salas com área de 90 metros quadrados cada uma e capaz de suportar 1 sobrado, segundo afirmava o Dr. Karl Glasl, já existia, necessi-

tando apenas de reformas que para isto contaram com a ajuda de 10 500\$000 oferecidos pelo Ministro da Agricultura.

Por coincidência, a companhia de bondes Botanical Garden, nessa época desejava edificar em local próximo uma estação de bondes, mas conseguiu apenas aterrar os terrenos fronteiriços para assentar seus trilhos que iriam inclusive beneficiar o Jardim Botânico e o futuro museu.

Infelizmente, entre 1884 e 1885 o teto deste ruuiu pelo apodrecimento das madeiras, antes mesmo da sua inauguração.

Em relatório de 23 de março de 1887, o dirigente do Jardim Botânico, Dr. Nicolão Joaquim Moreira comunicou ao Presidente Interino do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, Dr. Pedro Gordilho Paes Leme que o prédio fora dado como perdido. Em junho do mesmo ano foi feita ainda uma tentativa junto à Inspeção Geral de Obras Públicas da Corte, para sua recuperação.

O Dr. Pedro Dias Gordilho Paes Leme, em relatório encaminhado em 13 de março de 1889 ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e interinamente dos Negócios da Agricultura, comunicou ter feito a reconstrução completa do prédio aproveitando apenas algumas de suas paredes, pois estava para desabar e tinha sido destinado ao Museu Industrial. O mesmo documento informou haver sido demolido uma grande parte conforme autorização do Ministério, utilizando o material que foi possível na reconstrução, sendo colocado madeiramento todo novo para o funcionamento de espaçosas salas onde instalou um bom laboratório analítico e pretendia aproveitar outras para coleções, almoxarifado, etc.

A estimativa com os gastos para reconstrução era de 34 000\$000, segundo os orçamentos, mas foi feita às expensas do Instituto com economia de mais de cinquenta por cento.

Apesar de ter feito várias pesquisas, não encontrei qualquer documento que esclarecesse se o museu chegou a funcionar.

II.13 – O JARDIM ZOOLOGICO E O AQUÁRIO

Em 1873 pensaram fazer entre o Jardim Botânico e a Fazenda Normal, em terreno do governo, um Jardim Zoológico e um aquário que serviriam como fontes de atrações.

Para suas concretizações vários animais e pássaros foram presenteados, D. Pedro II e o Visconde de Inhomirim figuram entre os doadores e o Comendador Boaventura Gonçalves Roque, enviou ao Jardim Botânico um peixe elétrico, bem desenvolvido que foi colocado no tanque existente na parte central da rua de palmeiras até a inauguração do aquário.

Karl Glasl, por sua vez, apresentou a planta arquitetônica compreendendo edifícios, currais, viveiros e tanques, mas suas inaugurações não ocorreram.

II.14 – O JÓQUEI CLUBE

A primeira corrida de cavalos no Rio realizou-se em Botafogo, no dia 12 de junho de 1825 e em 1849 foi inaugurado na atual rua Paissandú um clube de corridas

organizado pelo General, Conde de Caxias, no mesmo lugar onde funcionou o Clube Brasileiro de Cricket e mais tarde o Fluminense Futebol Clube.

Aos poucos as corridas de cavalos passaram a ser vistas não apenas como acontecimento esportivo, mas também social, prestigiado pelo Imperador, tanto assim que Maria Graham nos fala da realização de uma corrida em Botafogo, presenciada por D. Pedro I, a Princesa Leopoldina e a corte.

Dois dos maiores entusiastas destas corridas no século XIX, foram: João Guilherme Suckow e Luiz Jácome de Abreu e Souza que promoveram em 1865 em vasta área do campo de São Cristóvão, em trecho com fundos para a praia do mesmo nome a primeira corrida do clube Jacomé.

Em 16 de julho de 1868 era inaugurado o prado de corridas Jóquei Clube tendo como Diretor João Guilherme Suckow.

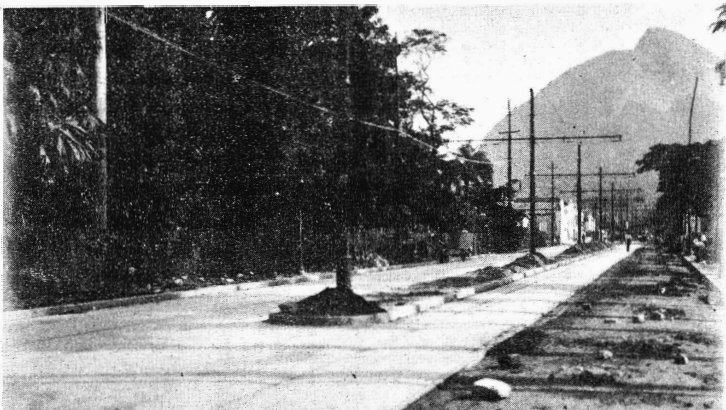
Outro apaixonado pelo turfe no século XIX, foi o Dr. José Calmon Nogueira Valle da Gama, proprietário dos primeiros animais puro sangue importados que foram: o inglês Zephiro, corredor no Jóquei Clube Fluminense em 1871 e o francês Mobiliséé, estreante também no mesmo prado em maio de 1873.

Deve-se a este turfista o primeiro puro sangue nacional que foi a égua Moema, nascida em Minas Gerais em 1872 e que correu pela primeira vez aos 4 anos, no dia 25 de maio de 1876.

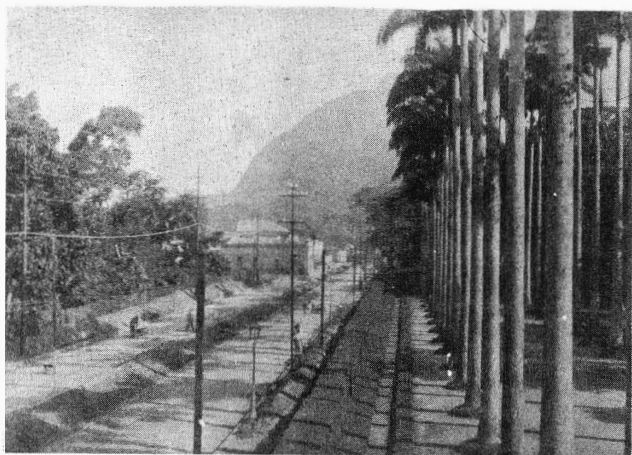
O desenvolvimento do turf no Rio de Janeiro prosseguia, tanto assim que os clubes continuavam a surgir, como o Derby Clube, o Hipódromo Nacional e o Clubes de Vila Isabel e Sport.

As localizações desses clubes não eram a do atual Jóquei Clube Brasileiro edificado em parte dos terrenos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro em área perdida em 1922, para sua construção e que para isto teve trechos aterrados e outros desmatados onde existia a coleção de plantas amazônicas.

Apesar da ferrenha oposição do Diretor do Jardim Botânico, Antônio Pacheco Leão, contra sua construção, tendo mesmo se insubordinado contra ordem do Ministro da Agricultura, sendo por ele advertido, foi inaugurado em 1926, lá estando até hoje.



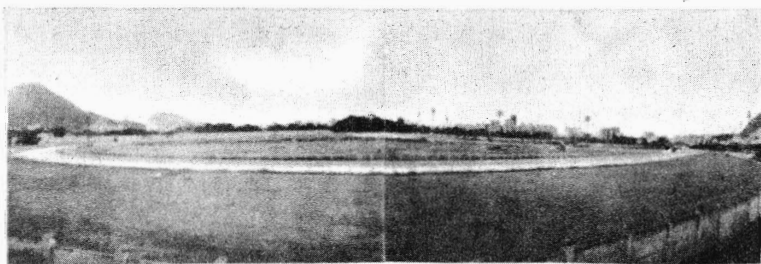
*Vista da Rua Jardim Botânico em setembro de 1912, ao fundo um dos morros da Gávea e na parte fronteira do Jardim, trecho de plantas da região amazônica.
(Foto dos arquivos do Jardim Botânico)*



Rua Jardim Botânico em obras, vendo-se do lado esquerdo, parte de vegetação amazônica posteriormente destruída para construção do Jôquei Clube. Aparecem ainda antigos lampiões. Foto de setembro de 1912, dos arquivos do Jardim Botânico.



Área do Jôquei Clube em outubro de 1923, na fase de preparação do Clube, vendo-se ao fundo a Lagoa Rodrigo de Freitas. Montagem aproximada que fiz com fotos dos arquivos do Jardim Botânico.



Aspecto atual da pista de corridas do Jôquei Clube Brasileiro. Área outrora pertencente ao Jardim Botânico. (Foto de 1983)

BIBLIOGRAFIA

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ACCLIMAÇÃO. Relatório apresentado a S.Ex. o Sr. Conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Junior. *Rev. Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 5 (2): 89-96, jun 1874.
- BARBOSA, Francisco de Assis. D. João VI o prelúdio da independência. *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis, 33: 23-35, 1972.
- BOM-RETIRO. Relatório do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. *Rev. Agrícola do Imperial Inst. Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (17): 15-24, set. 1873.
- BRASIL. Leis e Decretos. *Legislação sobre patrimônio imobiliário da união*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1970. 885 p.
- CALMON, Pedro. *O Rei do Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1943, 324 p. il.
- CARRAZONI, Maria Elisa. coord. *Guia dos bens tombados*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1980. 517 p. il.
- COLORAMA; enciclopédia universal ilustrada. São Paulo, Cia Melhoramentos, 1973. v. 7. il.
- COSTA, Cassio. *História dos suburbios da Gávea*. S.n.t. 74 p. il. Fotocópia.
- CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, s. ed., 1965. 2v. il.
- D'AZEVEDO Joaquim Antônio. Relatório do Asylo Agrícola. *Rev. Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (17): 25-39, set. 1873.
- D'AZEVEDO, Joaquim Antônio. Relatório da Associação Brasileira de Acclimação. *Rev. Agrícola do Imperial Inst. Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 6 (1): 47-60, abr. 1875.
- ENGLER, A. Potamogetonaceae — *Planzenreich*, Leipzig 4 (2 Heft. 31): 142-145, 1907, il.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975, 1499 p.
- FLEURY, A.A. de Pádua. Moléstia da Cana. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 13 (1): 195, mar. 1882.
- GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro, Liv. Brasileira, 1965. 580 p. il.
- GLASL, Carlos. Cultura das batatas inglesas. *Revista Agrícola do Imperial Inst. Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (2): 36-7, 1870.
- GLASL, Carlos. Arado de aiveca móvel, do Dr. C. Glasl. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (2): 41-2, 1870.
- GLASL, Carlos. Extirpação de tocos pelo Dr. C. Glasl. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (2): 42, 1870.
- GLASL, Carlos. Processo para secar pântanos, empregado pelo Dr. C. Glasl, no Jardim Botânico. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (2): 58, 1870.
- GLASL, Carlos. Relatório do Jardim Botânico e da Fazenda normal. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (18): 35-45, dez. 1873.
- GLASL, Carlos. Relatório do Jardim Botânico e da Fazenda Normal. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 5 (2): 78-96, jun. 1874.
- GRAHAM, MARIA. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1956. 403 p. il.
- HOEHNE, F.C. *Plantas aquáticas*. São Paulo, Instituto de Botânica, 1948, p. 41-5, il.
- HOUAISS, Antônio. *Pequeno Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse*. Rio de Janeiro. Larousse do Brasil, 1980. 1635 p. il.
- IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 1ª sessão em 19 de novembro de 1860. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): I, set. 1871.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 3ª sessão em 8 de fevereiro de 1861. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): II-III, set. 1871.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 6ª sessão em 18 de maio de 1861. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): VI, set. 1871.

- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 7ª sessão em 17 de junho de 1861. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): VI-VII, set. 1871.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 8ª sessão em 19 de agosto de 1861. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): IX-X-XI, set. 1871.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 9ª sessão em 30 de agosto de 1861. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): X-XI, set. 1871.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 10ª sessão em 12 de setembro de 1861. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XI-XII, set. 1871.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 11ª sessão em 25 de setembro de 1861. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XII, set. 1871.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 12ª sessão em 23 de outubro de 1861. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XIII, set. 1871.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 13ª sessão em 11 de novembro de 1861. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XIV, set. 1871.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 14ª sessão em 12 de fevereiro de 1862. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XV, set. 1871.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 15ª sessão, em 11 de março de 1862. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XVI, set. 1871.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 16ª sessão, em 14 de abril de 1862. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XVI, set. 1871.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 17ª sessão, em 12 de maio de 1862. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XVII-XVIII, set. 1871.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 18ª sessão, em 31 de maio de 1862. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XVIII-XIX, set. 1871.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 19ª sessão, em 1º de julho de 1862. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XIX-XX, set. 1871.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 20ª sessão, em 1º de agosto de 1862. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XXI, set. 1871.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 21ª sessão, em 1º de setembro de 1862. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XXII, set. 1871.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 22ª sessão, em 1º de outubro de 1862. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XXII-XXV, set. 1871.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 28ª sessão, em 25 de maio de 1863. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XXX-XXXI, set. 1871.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 32ª sessão, em 20 de outubro de 1863. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XXXVI-XXXVII, set. 1871.

- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 33ª sessão, em 9 de novembro de 1863. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XXXVII-XXXVIII, set. 1871.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 34ª sessão, em 18 de dezembro de 1863. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XXXVIII-XXXIX, set. 1871.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 35ª sessão, em 11 de janeiro de 1864. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (18): XL-XLI, dez. 1873.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 36ª sessão, em 29 de março de 1864. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (18): XLII-XLIII, dez. 1873.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 37ª sessão, em 10 de maio de 1864. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (18): XLIV-XLV, dez. 1873.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 39ª sessão, em 16 de agosto de 1864. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (18): XLVII-XLIX, dez. 1873.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 40ª sessão, em 1 de setembro de 1864. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (18): XLIX-L, dez. 1873.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 41ª sessão, em 19 de novembro de 1864. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (18): LI-LII, dez. 1873.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 49ª sessão, em 30 de julho de 1867. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 6 (4): LXIII-LXVIII, dez. 1875.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 50ª sessão, em 23 de setembro de 1867. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 6 (4): LXVIII-LXX, dez. 1875.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 51ª sessão, em 10 de março de 1868. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 6 (4): LXXI-LXXVI, dez. 1875.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 52ª sessão, em 17 de março de 1868. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 6 (4): LXXVII-LXXX, dez. 1875.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 63ª sessão, em 23 de setembro de 1874. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 9 (1): XXXIII-XL, mar. 1878.
- INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 64ª sessão Ordinária da Diretoria do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, em 17 de agosto de 1876. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 9 (4): 161-162, dez. 1878.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. org. *Memória da independência, 1808/1825*; exposição histórica no Museu Nacional de Belas Artes de 9-11-72 a 31-1-73, ano do sesquicentenário da Independência. Rio de Janeiro, MEC, 1972. 266 p. il.
- JACKSON, B. Daydon comp. *Index Kewensis*. Oxford, Clarendon Press, 1895. v. 2.
- MOREIRA, Nicolau Joaquim. Relatório do Director do Jardim Botânico, Asylo Agrícola e Fazenda Normal. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro, 17: 139-150, 1886.
- MOREIRA, Nicolau Joaquim. Relatório do Director do Jardim Botânico, Asylo Agrícola e Fazenda Normal apresentado ao Presidente do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura.

- Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro, 18: 72-92, 1887.
- MOREIRA, Nicolau Joaquim. Directoria do Jardim Botânico, Asylo Agrícola e Fazenda Normal. In: Parte Oficial. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro, 18: 126, 1887.
- NIEMEYER DE LAVÔR, J.C.; SCHULTZ, A.S.; e COELHO, M.P.A. *Acervo Histórico do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 1977. 31 p. il.
- NIEMEYER DE LAVÔR, J.C. Jardim Botânico do Rio de Janeiro, do seu início aos nossos dias. *Rodriguésia*. Rio de Janeiro, 31 (50): 275-295, 1979. il.
- NIEMEYER DE LAVÔR, J.C. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Histórico de seus prédios, dos homenageados, das obras de arte e dos artistas que as criaram *Rodriguésia*. Rio de Janeiro, 32 (54): 369-406, 1980. il.
- NOTICIÁRIO Agrícola. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (18): 51, dez. 1873.
- NOTICIÁRIO Agrícola. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (1): 50-51, mar. 1874.
- NOTICIÁRIO Agrícola. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 5 (2): 106-107, jun. 1874.
- NOTICIÁRIO Agrícola. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 10 (1): 35-38, mar. 1879.
- NOTÍCIAS Agrícolas. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura* 10 (4): 155-159, dez. 1879.
- PAES LEME, Pedro Dias Gordilho. Imperial Instituto Fluminense de Agricultura In. Parte Oficial. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 18: 125, 1887.
- PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado*. São Paulo, Liv. Martins Ed. 355 p. il.
- RODRIGUES, J.B. *Hortus Fluminensis*. Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1894. 307 p. il.
- SANTOS, Noronha. *Meios de transporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio. 1934. 503 p. il.
- SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1965, 223 p. il.
- SCHIAVO, José. *A Família Real Portuguesa e Imperial Brasileira (Efemérides) Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis, 14: 111-244, 1953.
- SILVA, Miguel Antônio da Agricultura Nacional. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 9 (1): 3-20, mar. 1878.
- SODRÉ, Alcindo. A ação política do Conselheiro Jobim. *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis, 14: 23-35, 1953.
- UTILIDADE dos Jardins Botânicos. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 10 (2): 55-58, maio 1879.
- VIANNA, Hélio. *História da Viação Brasileira*. Rio de Janeiro, Ministério da Guerra, 1949. 2v. (Biblioteca Militar, v. 139 e 140).